



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA
DETERMINAÇÕES E REVERBERAÇÕES CRÍTICAS**

GABRIEL ARAÚJO CARVALHO

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA
DETERMINAÇÕES E REVERBERAÇÕES CRÍTICAS**

GABRIEL ARAÚJO CARVALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Foz do Iguaçu
2017

GABRIEL ARAÚJO CARVALHO

**A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA
DETERMINAÇÕES E REVERBERAÇÕES CRÍTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Marina de Machado Magalhães Gouvêa
UNILA

Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Profa. Dra. Maíra Machado Bichir
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

*Dedico esta tese às mulheres da minha vida, à
minha irmã, à minha mãe e à matriarca da minha
família, minha vizinha, ao meu irmão e ao meu pai,
meu amigo de todas as horas.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento, sinto-me profundamente grato ao meu pai, pelo apoio incondicional, pelo amor e por ser um porto seguro que eu amo tanto. Sua trajetória é uma inspiração para mim, você é realmente um herói.

À minha mãe por despertar em mim o desejo pelo conhecimento. Sou grato pelas conversas, conselhos e pela torcida.

À menina mais radiante, esperta, alegre e inspiradora da minha vida. Muito obrigado minha irmã por estar comigo sempre, te amo demais da conta.

Ao meu irmão e à minha vó, por me inspirarem profundamente e de formas tão distintas. Amo vocês.

A Mônica Karla, por ter me ajudado a solidificar uma compreensão materialista das coisas, pelo carinho, respeito e companheirismo. A pérola destes quatro anos, obrigado.

A Petterson Gherlandi que acompanhou as maiores mudanças da minha vida de uma forma tão fraternal, é nós que avua.

A Luiza Donida, cuja sensibilidade e dedicação foram e ainda são atributos inspiráveis para mim. Muito obrigado pelos momentos de carinho e confiança.

Gostaria de agradecer aos amigos, Vivian Leite, Ana Ferreira, Plínio Neto e todos os outros que estão comigo desde há muito. Vocês são especiais demais.

Queria agradecer à minha orientadora, Marina, pelo jeito tão amável e doce de me guiar pedagogicamente ao longo da minha pesquisa. Gostaria de agradecer muito à dedicação em relação a correções, sugestões e apresentações de temas novos. Sinto uma profunda inspiração pela sua didática marxista e agradeço muito pela introdução à pesquisa ortodoxa da qual eu pretendo me apropriar cada vez mais. Um imenso abraço e muito obrigado.

Um *saludo* cordial à professora Maíra Bichir e ao professor Fernando Prado, por aceitarem participar da banca. Muito obrigado pelo empenho.

Um agradecimento especial aos professores Fernando Prado e Luciano Wexell em cujas aulas despertou-se o sentimento que orientou a pesquisa até este momento. Suas aulas são sensacionais.

À professora Roberta Traspadini e ao grupo Saberes em Movimento, os quais me proporcionaram uma oportunidade ímpar de aperfeiçoamento da leitura marxista. Abraços fraternais.

À professora Huguette por compartilhar tantas experiências, sua sabedoria de vida, e as manhãs de sábado. Carinho enorme.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente aos meus antigos professores, em especial a Alcides Esteves, Eliacim Lourenço, Marco Antônio Mourão, Pedro Paulo Csizmar, Renato dos Santos e Silvane Santos por me ajudarem a nutrir um desejo genuíno de conhecimento do meu entorno ainda que dentro dessa estrutura sufocante da escola. Muito do que sou hoje surgiu a partir de vocês, então, muito obrigado.

Sou grato ainda ao acesso à educação superior gratuita e de qualidade num espaço bilíngue único onde pude desconstruir tantas perspectivas. Essencial à construção deste trabalho.

CARVALHO, Gabriel Araújo. **A dependência latino-americana: determinações e reverberações críticas**. 2017. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

A conquista americana se constitui enquanto produto direto da expansão econômica europeia, cujo pioneirismo transforma Portugal numa potência do século XVI. Esse expansionismo integra a América Latina à economia mundial de modo a convertê-la em provedora daqueles bens primários demandados pelos países da Europa, em especial a Inglaterra. Assim, a conformação das economias latino-americanas é marcada pela subordinação a demandas alheias e modificação interna das relações de produção e dos interesses envolvidos, os quais geram estruturas cujas determinações essenciais estão intimamente atreladas à relação desigual que se consolida com a Europa e são próprias do capitalismo dependente. Os elementos que derivam do vínculo subalterno da América Latina determinam não somente a forma como a sociedade se organiza como também os limites e possibilidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Dessa forma, o presente trabalho pretende apontar alguns aspectos das leituras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a formação brasileira e, posteriormente, contrapô-las, de modo introdutório, a algumas das interpretações da teoria marxista da dependência, cuja compreensão da realidade latino-americana parte das suas determinações essenciais, diferente daqueles dois. Assim, nos propomos a refletir sumariamente sobre o processo de industrialização latino-americana enquanto reconfiguração da dependência, cuja superação não se pode dar nos marcos do capitalismo. Recorremos ao materialismo histórico-dialético para formular esta tese.

Palavras-chave: Dependência. História latino-americana. Economia mundial. Industrialização dependente.

CARVALHO, Gabriel Araújo. **La dependencia latinoamericana**: determinaciones y reverberaciones críticas. 2017. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMEN

La conquista americana se constituye como producto directo de la expansión económica europea, cuyo pionerismo transforma a Portugal en una potencia del siglo XVI. Este expansionismo integra a América Latina a la economía mundial para convertirla en proveedora de aquellos bienes primarios demandados por los países de Europa, en especial por Inglaterra. Así, la conformación de las economías latinoamericanas está marcada por la subordinación a demandas ajenas y modificación interna de las relaciones de producción y de los intereses involucrados, los cuales generan estructuras cuyas determinaciones esenciales están íntimamente ligadas a la relación desigual que se consolida con Europa y son propias del capitalismo dependiente. Los elementos que derivan del vínculo subalterno de América Latina determinan no sólo la forma en que la sociedad se organiza, sino también los límites y posibilidades del desarrollo capitalista en América Latina. De esta forma, el presente trabajo pretende apuntar algunos aspectos de las lecturas de Caio Prado Júnior y Celso Furtado sobre la formación brasileña y, posteriormente, contraponerlas, de modo introductorio, a algunas de las interpretaciones de la teoría marxista de la dependencia, cuya comprensión de la realidad latinoamericana parte de sus determinaciones esenciales, a diferencia de aquellos dos. Así, nos proponemos reflexionar sumariamente sobre el proceso de industrialización latinoamericana como reconfiguración de la dependencia, cuya superación no se puede dar en los marcos del capitalismo. Recurrimos al materialismo histórico-dialéctico para formular esta tesis.

Palabras-clave: Dependencia. Historia latinoamericana. Economía mundial. Industrialización dependiente

CARVALHO, Gabriel Araújo. **Latin American dependence: critical determinations and reverberations.** 2017. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

The American conquest is a direct product of European economic expansion, whose pioneerism turns Portugal into a power of the sixteenth century. This expansionism integrates Latin America into the world economy in order to convert it into a supplier of those primary goods demanded by the countries of Europe, England in particular. The conformation of the Latin American economies is thus marked by its subordination to demands of others and internal modification of the relations of production and of the interests involved, which shape structures whose essential determinations are intimately linked to the unequal relationship consolidated with Europe and that is characteristic of dependent capitalism. The elements that derive from the subaltern bond of Latin America determine not only how society is organized but also the limits and possibilities of the capitalist development in Latin America. In this way, this work intends to point out some aspects of the observations of Caio Prado Júnior and Celso Furtado about the Brazilian formation and, later, to counter them, in an introductory way, to some of the interpretations of the Marxist theory of dependence, whose understanding of the Latin American reality is based on its essential determinations, different from those two. Thus, we propose to preliminarily reflect about the process of Latin American industrialization as a reconfiguration of dependence, which cannot be overcome in the framework of capitalism. We have used the historical-dialectical materialism to state this thesis.

Keywords: Dependence. Latin American history. World economy. Dependent industrialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA..	16
O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E SEU CARÁTER HISTÓRICO.....	20
CAPÍTULO 2 – HISTORIOGRAFIA E INTERPRETAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA LATINO-AMERICANA: INDICAÇÃO DE UMA “HERANÇA COLONIAL” COMO OBSTÁCULO À INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DAS OBRAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO	41
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE DIVERGÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS MOTIVADAS PELA INTERPRETAÇÃO DISTINTA SOBRE O CARÁTER DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA	55
A LEITURA DE CELSO FURTADO	55
A INTERPRETAÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	76

INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue é produto dos questionamentos do seu autor acerca da formação histórica do Estado dependente latino-americano e caribenho, em geral, e o brasileiro, em específico. Inicialmente, pretendia-se refletir sobre a “manifestação do Estado deficitário latino-americano” partindo de uma concepção idealista da realidade concreta da dependência e do capitalismo. Dentro desta proposta, imaginava-se que a estrutura burocrática brasileira refletiria deficiências em relação ao seu funcionamento e formação e pretendia-se, ainda, apontar como essas deficiências foram historicamente conformadas.

Assim, partindo de um ecletismo bibliográfico, pensava-se ser possível associar diversas perspectivas para fundamentar uma leitura assídua da formação das estruturas dependentes brasileiras. O objetivo da interpretação era fundamentar uma análise que pudesse introduzir, basicamente, os elementos, ou deficiências, historicamente determinados que possibilitaram o golpe que vivenciamos no dia 31 de agosto de 2016, com o afastamento da presidenta democraticamente eleita e a ascensão fraudulenta e parasitária do seu vice. A frustração diante da dilaceração da democracia liberal brasileira foi uma das causas que incentivaram a busca histórica das características do Estado e da sociedade que fundamentaram a consumação do golpe e ainda impediram uma resistência em massa dos atores que compõem e constroem o cotidiano do Brasil.

Para tal, seria necessário voltar à gênese dessa sociedade de modo a compreender melhor as heranças deixadas pelo período colonial brasileiro. Não acreditamos que a realidade contemporânea do nosso país reflita única e exclusivamente as dinâmicas que se estabeleceram ao longo dos aproximadamente três séculos nos quais o país se formou sob a tutela portuguesa. Entretanto, admitimos que, neste quartel, se estabeleceram processos e estruturas que evoluíram e se associaram a outros elementos derivando na atual sociedade.

Ainda que se partisse de uma noção idealista da formação brasileira, acreditava-se que o materialismo histórico-dialético representava o método mais apropriado para a apreensão das múltiplas contradições e determinações dentro deste processo. Além disso, havia a crença de que a teoria marxista da dependência só fazia enriquecer a análise da contemporaneidade latino-americana de modo que esta seria a vertente apta a satisfazer as exigências críticas do autor. Ao iniciar-se a pesquisa, entretanto, deparamo-

nos com duas afirmações de Karl Marx que demonstravam já incoerência e certo desconhecimento do método.

A primeira delas estabelece que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2000 [1852], p. 6). A partir de então, passamos a refletir acerca da evolução da sociedade brasileira diante de uma perspectiva estrutural que ressalta as condições através das quais seus atores podem agir. Assim, deixamos de pensar que o Estado brasileiro seria fruto das deficiências na sua construção e evolução, mas que ele surge precisamente da forma como sua sociedade lidou com as condições e possibilidades implícitas aos seus meios.

Portanto, abandona-se o pensamento de que as deficiências surgem de uma atuação voluntária e inconsequente da sociedade, apontando que essa ação partiu de um contexto e o que se procura, a partir de então, é justamente definir melhor esse contexto e as condições materiais que serviram de base à construção brasileira e dela emergem. A outra afirmação de Marx, que gerou conflitos teóricos no autor, é a que se segue: “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (2011 [1939], p. 58). Esta afirmação sugere que o entendimento das contradições contemporâneas explicita determinações que evoluíram a partir da transformação de uma existência anterior, de modo que sua compreensão ressaltaria a diferença fundamental entre duas sociedades das quais uma seria evolução da outra.

Dessa forma, o estudo da história se refere precisamente às diferenças que surgem da evolução de uma sociedade a outra. Assim, imaginou-se que não mais poderíamos partir da construção da sociedade colonial brasileira para entender a contemporaneidade dela. Antes, seria preciso encontrar na contemporaneidade quais são as determinações essenciais dessa sociedade, o que a move e o que há de mais primordial nela, elementos sem os quais esta não seria a mesma, para, então, entender como esses elementos se conformaram historicamente e compreender melhor os períodos coloniais, modernos e contemporâneos.

Até então, pensava-se que essa análise poderia ser feita com base na produção historiográfica predominante até o momento, principalmente através das leituras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Porém, esse pensamento não corresponde à realidade. A leitura de Caio Prado parte de uma concepção de dependência que imagina possível a sua superação a partir de uma aliança com a burguesia nacional de modo a

dar origem a um processo de industrialização o qual seria passo indispensável à revolução socialista e à construção ulterior de uma sociedade em outros moldes e seguindo outras leis que não a do valor.

Celso Furtado, por sua vez, não tinha como objetivo a superação desse sistema, de modo que o autor pensava em formas de se melhorar a condição latino-americana de pauperismo que teria surgido, em sua leitura, do subdesenvolvimento. A industrialização é concebida enquanto solução da dependência latino-americana para os dois pensadores apesar das divergências dos fins que guiariam o processo.

Além de pensarem a formação do Brasil de forma a explicitar as origens da vigência primário-exportadora associada à posterior incapacidade de industrialização e de não conceberem o “pleno desenvolvimento capitalista” nas sociedades dependentes, estes autores não fundamentaram suas análises nos traços determinantes da dependência latino-americana, a saber, a reprodução da vida por meio da produção e consumo de mercadorias via mercantilização da própria força de trabalho (que, na formulação da assim chamada teoria marxista da dependência, determinaria a existência de transferência de valor, a superexploração do trabalho e um ciclo de capital próprio), de forma que suas leituras não correspondem ao objetivo que aqui se traça. Dessa forma, seria necessário todo um esforço de recuperação dos elementos históricos da sociedade brasileira sob a perspectiva daqueles traços que determinam e determinaram sua existência e reprodução desde a conquista. Esse objetivo, entretanto, é muito amplo e complexo, de maneira que não pôde ser cumprido neste trabalho. A partir de uma primeira aproximação às leituras de Caio Prado e Celso Furtado, associada à introdução crítica de apontamentos da teoria marxista da dependência, esperamos ter lançado algumas bases para a continuação desse objetivo numa possível dissertação de mestrado.

Portanto, o tema deste trabalho foi objeto de mudança acompanhando um processo de transformação teórica, ideológica e interpretativa do próprio autor, como fica claro no trabalho que se segue. A mudança fundamental consistiria numa aproximação à abordagem materialista da realidade latino-americana, deixando de pensá-la enquanto manifestação de algo idealizado e distante e passando a aceitá-la tal e qual. “Portanto, a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do alguém*” (MARX, 2010 [1843], p. 146, grifo do autor).

A abordagem materialista-dialética representa a superação da cisão entre prática e teoria no momento em que compreende “dialeticamente o movimento histórico da

própria realidade a partir de suas determinações e da inter-relação entre elas” (GOUVÊA, 2016, p. 100). E é nesse sentido que a práxis, tida enquanto vinculação teórica a toda atividade humana que chega a ser prática, constituindo-se enquanto unidade dialética.

Tem um aspecto material, objetivo, pelo qual não pode se reduzir ao seu lado subjetivo, consciente; por sua vez, por esta parte consciente, não se pode reduzi-la à sua parte material. Daí deduz-se que a teoria não é prática em si mesma, nem como modelo que se aplica, mas o é por ser parte do processo prático (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1999, p. 51, tradução nossa).

Conforme o apresentado, no primeiro capítulo do trabalho, introduzimos a leitura marxista acerca da origem do capitalismo e uma aproximação preliminar sobre as determinações essenciais da dependência latino-americana. Já no segundo capítulo, nos propomos a apresentar alguns elementos presentes nas leituras de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado, articuladas à explicação do processo de industrialização latino-americana. Por fim, nos debruçamos sobre a introdução a algumas divergências historiográficas próprias das leituras dos dois autores supracitados e da teoria marxista da dependência e apresentamos algumas considerações finais.

Atravessaram o armazém, depois um pequeno corredor que dava para um pátio calçado, chegaram finalmente à cozinha. Bertoleza, que havia já feito subir o jantar dos caixeiros, estava de cócoras no chão, escamando peixe, para a ceia do seu homem, quando viu parar defronte dela aquele grupo sinistro.

Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre: adivinhou que tinha sido enganada; que a sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativo.

Seu primeiro impulso foi de fugir. Mal, porém, circunvagou os olhos em torno de si, procurando escapula, o senhor adiantou-se dela e segurou-lhe o ombro.

– É esta! – disse aos soldados que, com um gesto, intimaram a desgraçada a segui-los. – Prendam-na! É escrava minha!

A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar.

Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado.

E depois embarcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue.

João Romão fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos. Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinha, de casaca, trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito.

Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas.

CAPÍTULO 1 – ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

A América Latina se integra ao comércio internacional a partir da conquista no final do século XV, episódio este o qual faz parte de acontecimentos estruturais que se desenrolavam naquele período e demarcam a transição do feudalismo ao capitalismo. A conquista americana é parte integrante da expansão marítima europeia, da qual Portugal e Espanha foram os principais empreendedores, seguidos de perto pela Holanda e Inglaterra, países que, subitamente, deixam de ser periféricos no comércio europeu de então, o qual se concentrava no mediterrâneo e era majoritariamente terrestre, passando a protagonizar uma mudança significativa nas relações comerciais da época que viria a se acentuar sobre a base da transformação das relações de produção na Inglaterra.

Como aponta Caio Prado Júnior (2008 [1942]), a partir da concretização de uma rota alternativa ao Oriente¹, a Península Ibérica, em especial Portugal, sintoniza sua “vocaçãõ ao mar” e sua vontade de desbravar novas rotas que lhe concedessem vantagens comerciais em relação aos seus vizinhos europeus, potenciais concorrentes, direcionando-a, segundo a historiografia que ressalta a grandiosidade da empresa portuguesa, à possibilidade de executar planos audaciosos para um pequeno país, não somente em território, mas em população.

Ainda que subalterna a princípio, a nova rota se constitui enquanto novidade por decorrer de inovações tecnológicas e, como tal, implica modificações sensíveis ao comércio europeu de então, formado, basicamente, por dois polos, Indochina e Europa, e que, como Caio Prado opta por destacar:

Até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem². Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu [...] é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas (2008 [1942], p. 19).

Nestas condições, Portugal desponta como potência marítima por meio das empreitadas ao longo da costa africana, estabelecendo feitorias comerciais com as quais

¹ Note-se que a nova rota constituía uma novidade não somente pelo percurso em si, o qual decorre do contorno europeu da África a partir do estreito de Gibraltar, mas, também, pela natureza do trajeto, a qual demandava transportes marítimos que dentro em breve passariam a ser produzidos cada vez em maior medida pela nascente indústria naval inglesa.

² Navegação que se faz pelas costas de um território. Nota nossa.

o país institucionalizava relações mercantis com outros povos³. Após se lançar ao Oceano Atlântico, conquistando Açores, Cabo Verde e Madeira (“as Ilhas”, que se estendem na costa da divisa do continente africano com o europeu), Portugal se propõe a uma empreitada mais audaciosa: a circunscrição do continente africano com vistas às Índias Orientais. Sucessivas tentativas falhas finalmente foram superadas e, em finais do século XV, embarcações lusitanas alcançam Calicute, atual Índia⁴.

A Espanha, por sua vez, escolhe um caminho diverso ao do português. Caio Prado Júnior (2012 [1945]) aponta que, tentando chegar ao Oriente através do contorno pelo Ocidente, frotas espanholas acabam chegando à América aproximadamente seis anos antes da conquista lusitana no Oriente e oito antes da chegada da frota liderada por Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Assim, o mar ia impondo, pouco a pouco, uma nova ordem no continente europeu, irreversível e encabeçada pelas potências ibéricas, pela Inglaterra, França e Holanda.

Até então, o território latino-americano, o qual se estende das mesetas mexicanas à Terra do Fogo, era povoado por civilizações com estreito vínculo com a terra e que se relacionavam de forma comunitária e coletiva⁵. Uma vez aqui, os ibéricos se aproveitaram da abundância mineral, vegetal e animal para incluir novas mercadorias no comércio europeu e satisfazer necessidades complementares às relações econômicas estabelecidas pelos impérios da Espanha e de Portugal (ZANATTA, 2012, p. 24). Os países que se fortaleciam na Península Ibérica, apoiados numa política mercantilista de cunho bulionista, se esforçavam por traçar novas rotas comerciais rumo ao Oriente⁶ e por encontrar novas fontes minerais, uma vez que as minas europeias já sofriam de esgotamento, o qual, em plena vigência do mercantilismo, era sinônimo de desmonetização do continente (SCHMIDT, 2010, p. 12-13).

³ Alguns autores, como Fernando Novais, destacam a importância subsequente do próprio tráfico negreiro para a obtenção de lucro comercial, como o crescente papel da Inglaterra nesse tráfico. Cf. NOVAIS, 2011[1973].

⁴ Não cabe aqui destacar em que medida tanto Portugal como Espanha já conheciam a existência do território sul-americano antes de nele aportar oficialmente, como parecem indicar diversas fontes documentais. No que diz respeito às interpretações nas quais se centra nosso escopo neste trabalho, o central é caracterizar a relação entre a colonização e os interesses portugueses, que sentará as bases de nossa "formação social".

⁵ Para maior compreensão da magnitude civilizacional existente na América Latina no período anterior à conquista ver MURRA, John V. *La organización económica del Estado Inca*. Vol. 11. Siglo XXI, 1978.

⁶ As novas rotas traçadas rumo ao Oriente satisfaziam uma das práticas comerciais mais valorizadas de então, a venda de artigos de luxo e especiarias que podiam ser vendidas a altos preços garantindo lucros consideráveis (SCHMIDT, Benito Bisso. A Espanha e a América no final do século XV: o descobrimento e a conquista. In: WASSERMAN, Claudia (Org.). *História da América Latina*: cinco séculos. 4 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 11 – 37).

Ao longo da expansão comercial europeia, a conquista das Américas, guiada por membros do setor mercantil da economia do norte da Itália, proporcionará ainda metais que “foram decisivos ao financiamento das grandes ambições e das reiteradas guerras europeias da corte espanhola e, em certa medida, para nutrir a acumulação originária graças à qual a Revolução Industrial alçou voo” (ZANATTA, 2012, p. 24, tradução nossa)” e através da qual a Inglaterra “guiou a revolução no comércio e na indústria a partir do século XVIII em diante” (ZANATTA, 2012, p. 61) num processo calamitoso que, como explicita Eduardo Galeano (1979 [1971]), deixará vazias as Minas Gerais, construirá templos em Portugal e fábricas na Inglaterra. Numa tentativa, ainda, de superar a tendência feudal à fragmentação do poder⁷, os monarcas dos nascentes Estados europeus financiaram e acreditaram no comércio apoiados ainda por uma concepção católica que enxergava, na empreitada, uma possibilidade de aumento de poder através da descoberta de novos fiéis à fé cristã, pensamento originado nas Cruzadas (SCHMIDT, 2010, p. 13).

A associação entre a Coroa, principalmente a espanhola, e Igreja Católica era um traço característico das monarquias europeias de então, mais ainda, era um elemento que concedia união aos distintos reinos que compunham a atual Espanha (ZANATTA, 2012; SCHMIDT, 2010) em uma unificação nacional baseada na dominação de alguns povos sobre outros com o mote da unidade interna para a “Reconquista”⁸. Àquela época, a Espanha era dividida por diversos reinos com relativa autonomia dentro do contexto feudal com destaque para os reinos de Aragão e Castela. O primeiro reino dominava as relações comerciais da Espanha mediterrânea, associando-se a reinos como os da Catalunha e de Valência, dotados de um sistema senhorial no interior montanhoso em oposição ao sistema comercial catalão do litoral, o qual tinha ligações estreitas com

⁷ “O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital do mesmo modo como, no feudalismo, o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária” (MARX, 2014[1867], p. 506). Depreende-se dessa afirmação que, diante da noção de que as relações de produção determinam a forma como a sociedade se organiza, que o capitalismo, e o mercantilismo enquanto transição do feudalismo ao nascente sistema, centraliza o poder nas mãos do capital e de seus representantes que, antes, se relacionava à propriedade da terra.

⁸ É possível entender a iniciativa colonial espanhola como uma extensão da Reconquista, enfrentamento militar aos muçulmanos que ocupavam a Península Ibérica desde 711 já que o sentimento expansionista de Castela foi superior às problemáticas vividas pela Espanha de então. Assim, a religião era entendida enquanto um instrumento de poder político, evidente na relação entre colonizador (*encomendero*) e colonizado (*encomendado*), o qual, em grupos, era concedido ao primeiro, responsável pela evangelização cristã do nativo em troca do seu serviço braçal (ZANATTA, 2012, p. 19). A relação entre a Igreja e o Estado atendia à unificação da Espanha a partir da homogeneização religiosa do território. Esta relação já não se encontra no vizinho ocidental da Espanha, onde a unidade prevaleceu durante todo o século XV, fator determinante “para impedir que os espanhóis competissem tão eficazmente com Portugal como, do contrário, poderiam ter competido” (BOXER, 2006 [1969], p. 34).

as cidades italianas e com as praças comerciais das cidades do norte da África (SCHMIDT, 2010, p. 15). Já o reino de Castela dominava a parte interior da Espanha onde os ímpetus da Reconquista nascem de forma a anexar os territórios de Estremadura, Andaluzia e Granada constituindo-se a partir de fortes diretrizes militares. O reino de Castela detinha corporações produtoras de lã que se associavam à indústria de Flandres gerando ganhos comerciais consideráveis para esta coroa.

Em fins do século XV, os dois principais reinos espanhóis se unem por via do casamento dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, em 1469, centralizando o poder do antigo território espanhol, o qual se encontrava “à beira de uma anarquia devastadora” (BOXER, 2006 [1969], p. 34) e dando novas configurações às problemáticas de então. O casamento se deu num contexto conturbado por crises que explicitavam a transição feudal ao capitalismo, como surtos de pestes, aumento da concorrência das cidades italianas, eclosão de revoltas internas (principalmente no reino de Aragão) e ineficiência tecnológica náutica da Espanha em decorrência do avanço português, elementos que se desenrolam desde fins do século XIV⁹.

O movimento de expansão marítima europeia nasce então de uma aliança entre interesses e indivíduos de distintas nacionalidades e da vinculação entre Estado e Igreja, associados entre si, no intuito de descobrir não somente uma nova rota ao Oriente, uma vez que Portugal dominava já o périplo ocidental africano¹⁰, mas também de encontrar novas minas que atendessem à sede por ouro e prata das coroas que cada vez mais iam tomando contorno. Nasce, contudo, em um momento histórico no qual as relações de produção predominantes nos países e Impérios, a partir dos quais este se inicia, logo seriam superadas e subordinadas ao surgimento de novas relações de produção, capitalistas, na Inglaterra.

⁹ Pensando em termos de organização social e política, poderíamos nos indagar, razoavelmente, quanto ao procedimento adotado pelo império da China, liderado pela dinastia Ming, com capacidades marítimas qualificadas “a circunavegar a África e ‘descobrir’ Portugal, várias décadas antes que as expedições de Henrique, o Navegador, começassem a abrir caminho insistentemente ao sul de Ceuta” (KENNEDY, 1987, p. 7) não ter guiado um processo que, tempos depois, os povos europeus competirão freneticamente por participar. A resposta a esse tipo de questionamento parte do sistema de governo predominante na China imperial, com base territorialista que enxergava a extensão territorial e demográfica enquanto finalidade da gestão estatal. O foco comercial de então se encontrava na Ásia, onde a produção atraía a classe tributária europeia, concentrando assim os metais do povo europeu, o qual buscará “meios e modos, através do comércio ou da conquista, de recuperar o poder aquisitivo que era implacavelmente drenado do Ocidente para o Oriente” (ARRIGHI, 1996 [1994], p. 35).

¹⁰ Como a rota rumo às Índias Orientais estava já dominada por empreitadas portuguesas, os espanhóis, aconselhados por Cristóvão Colombo, vão tentar alcançá-las por via de uma volta pelo ocidente.

O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E SEU CARÁTER HISTÓRICO

Já nos primórdios da subordinação latino-americana às necessidades político-econômicas europeias, o continente se enquadrou em atividades específicas no mercado mundial, posição esta que os Estados nacionais que aqui se formam ao longo do tempo, estarão condenados a sustentar até a contemporaneidade apesar das reconfigurações na divisão internacional do trabalho que buscaremos apontar mais adiante. O vínculo que se estabelece com as metrópoles acaba direcionando a atividade econômica aqui desenvolvida para os mesmos rumos: o abastecimento de matérias-primas e metais preciosos que atendessem às demandas manufatureiras dos nascentes Estados europeus, como aponta Celso Furtado:

Exportando as mesmas matérias-primas e importando produtos manufaturados de fora da região, nenhum vínculo econômico se formava entre esses países. Assim, a forma tradicional de desenvolvimento, no quadro da divisão internacional do trabalho surgida na época do Pacto Colonial e ampliada na primeira fase da Revolução Industrial, contribuiu para consolidar a fragmentação regional (2007a [1976], p. 30).

Este direcionamento é fundamental em distintas interpretações fundantes sobre a formação social latino-americana, ao passo em que a diferenciação sobre seu significado, a partir das distintas concepções teórico-metodológicas e historiográficas que sustentam aquelas interpretações, tem vinculação central com distinções de cunho político acerca do caráter do capitalismo dependente latino-americano. O estudo da colonização é pertinente àqueles que entendem a história do continente latino-americano enquanto desenrolar de estruturas políticas e sócio-econômicas que se estabeleceram neste período através da empresa colonial. É notória a existência várias interpretações possíveis sobre o caráter deste desenrolar histórico.

Aqui, assumimos que este “fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à vinculação externa com o comércio atlântico e com suas respectivas metrópoles políticas” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1988, p. 63). Desta forma, reduzi-las ao contexto exclusivo da colonização é falacioso, mas é indispensável recorrer a este período histórico do continente numa tentativa de compreender as consequências deixadas por ele ao longo da sua existência¹¹. Assim, não podemos cair no erro de limitar o desenvolvimento latino-americano à colonização, mas entendê-la em sua especificidade ressaltando contextos internos que corroboram a

¹¹ O que tentamos delinear nesta apreensão inicial e com perspectiva de aprofundamento para o caso brasileiro, seguindo o objetivo e o escopo do estudo aqui desenvolvido.

ideia contrária à concepção simplista de que as dinâmicas aqui estabelecidas derivam única e exclusivamente da expansão comercial europeia.

A expansão comercial europeia, enquanto processo imprescindível à conformação de uma economia mundial, determina também, para além daquele continente, o predomínio do capitalismo sobre outros modos de produção, os quais são subvertidos diante da adaptação aos marcos capitalistas de produção, explicitamente a progressiva divisão social em classes das quais uma detém os meios de produção em contrapartida à outra, que nada possui além da própria força de trabalho, a qual se transforma historicamente em mercadoria visando à produção de mercadorias em um processo que, inclusive, acentua-se após a independência formal e a conformação dos Estados nacionais latino-americanos. Na América Latina, o capitalismo vigorou de forma determinante, subjugando os outros modos de produção que aqui existiam e, em alguns casos, subvertendo as relações de produção já existentes a uma associação que visou à consecução de mais-valor.

Este processo de colonização e expansão do mercado mundial sustentará, então, o nascimento do capitalismo enquanto modo de produção que se sustenta na relação entre grandes quantidades de capital e de força de trabalho (entre trabalhadoras/trabalhadores e capitalistas) associadas à produção capitalista cujo fim principal é a geração e apropriação de mais-valia que compõe, segundo Marx a acumulação capitalista:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A ele se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (2014 [1867], p. 998).

Refletindo sobre as origens do capitalismo, Marx retoma o que Adam Smith denominou como “acumulação primitiva” que constituiu, na visão do autor alemão um momento histórico no qual os capitalistas, ou burguesia, concentram os meios produtivos e passam a comprar a força de trabalho dos trabalhadores ou proletários. Nasce dessa separação entre proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a própria força de trabalho as duas classes as quais Marx nomeia como burguesia ou classe capitalista em contraposição ao proletariado ou operariado (cf. MARX, 2014 [1867], p. 959). Uma vez apropriados os meios produtivos da classe

trabalhadora, abre-se espaço para a reprodução propriamente capitalista que “não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2014 [1867], p. 961).

No surgimento do capitalismo a acumulação primitiva na Inglaterra se apresentou como apropriação das terras dos camponeses dos feudos e a consecutiva locomoção desses camponeses desapropriados rumo às cidades. A gênese do capitalismo conta a história da transformação do capital industrial em capital protagonista em detrimento da decadência dos capitais usurário e comercial. Inicialmente, devido ao regime feudal no campo e à constituição corporativa das cidades, grandes massas de capital usurário e comercial foram impedidos de se converterem em capital industrial. Este fenômeno só acaba com a dissolução dos séquitos (comitiva) feudais e com a expropriação das terras camponesas, condição obrigatória do êxodo camponês rumo às cidades, como Marx elucida:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (2014 [1867], p. 963).

O capital industrial¹² passa então a se atrelar de forma mais significativa ao comércio e ao sistema colonial como forma de apressar a transição do feudalismo para o capitalismo recorrendo às formas mais brutais de violência. O capital comercial e o usurário que precedem o industrial e, antes, eram independentes dele, progressivamente vão se associando ao industrial que acaba por submetê-los como meio de assegurar sua reprodução. Assim o capital usurário se responsabiliza pela concessão de empréstimos e o capital comercial se volta às necessidades da circulação das mercadorias. Esse momento é marcado pelo aumento das dívidas públicas e também por métodos arcaicos e desumanos de exploração, como a escravidão infantil (NETTO; BRAZ, 2014)

Karl Marx, em “O Capital”, se propõe a refletir acerca das especificidades do capitalismo em contraposição às concepções interpretativas promovidas pela escola da chamada Economia Política Clássica. O capitalismo, na visão de Marx, seria o mais

¹² Para Marx, “o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro” (2014 [1867], p. 299) de modo que todo capital que se insere na esfera produtiva é capital industrial.

avançado modo de produção na história da humanidade¹³. Esta definição não implica somente um alto estágio de desenvolvimento das forças produtivas, mas, também, o modo como se determinam a propriedade dos meios de produção e as relações sociais derivadas das vinculações humanas ao processo de elaboração¹⁴.

Nesse sentido, o autor começa sua reflexão partindo do item que corresponde à determinação mais essencial dentro do capitalismo: a mercadoria e o processo de mercantilização da vida. Assim, afirma Marx: “à primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza” (2008 [1859], p. 51). Dessa forma, o capitalismo seria um modo de produção sob o qual as relações comerciais se dão por via da troca de mercadorias numa esfera de circulação, diferente daquela reservada à produção, onde todo possuidor é, simultaneamente, um vendedor e um comprador.

A mercadoria possui, entretanto, dois aspectos de valor que compõem sua forma fenomênica, de modo que “deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade” (MARX, 2014 [1867], p. 157). A primeira perspectiva oferece uma relação voltada à utilidade de qualquer mercadoria, ao seu uso. Dessa forma, a qualidade da mercadoria é determinada pela utilidade que se espera usufruir dela de modo que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2014 [1867], p. 158).

Pensando agora na perspectiva quantitativa da mercadoria, podemos observar que há um valor relacionado à quantia de uma mercadoria que pode ser trocada por outra. Esta relação é determinada pela utilidade das mercadorias que serão trocadas entre si, de modo que “a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias” (MARX, 2014 [1867], p. 160). Este valor de uso é materialmente definido conforme as necessidades e as potencialidades de cada sociedade de forma tal que “para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples; em síntese: a trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue senão pela quantidade” (MARX, 2008 [1859], p. 55).

¹³ Um momento na história humana na qual há um “desenvolvimento das forças produtivas além dos limites das necessidades habituais” (MARX, 2008 [1859], p. 171).

¹⁴ Marx, pensando no modo de produção capitalista, não se referia apenas ao “estado da técnica – ao que chamou de estágio de desenvolvimento das forças produtivas – mas ao modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações com o processo de produção” (DOBB, 2012 [1963], p. 17).

Dentre todas as mercadorias, entretanto, uma se destaca por ter um valor de uso relacionado à produção de valor: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho, “complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2014 [1867], p. 312). Como tudo dentro do modo de produção capitalista, a força de trabalho é também uma mercadoria de modo que, para obtê-la, um capitalista deve se encontrar com o proprietário desta mercadoria *sui generis* de modo a estabelecerem, no mercado, “uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais” (MARX, 2014 [1867], p. 313). Esta relação deve ser periódica pois, do contrário, o proprietário da força de trabalho se converte na própria mercadoria.

Porém, a existência da força de trabalho no mercado atende a uma condição indispensável a sua obtenção. A força de trabalho é a única mercadoria que alguns, uma maioria significativa, podem vender no mercado. Assim, um capitalista só encontra a força de trabalho enquanto mercadoria num contexto no qual seu proprietário “em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva” (MARX, 2014 [1867], p. 313-314).

Esta não é uma condição natural sob a qual o ser humano se encontra espontaneamente submetido. Afinal:

A natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (MARX, 2014 [1867], p. 315).

Dessa forma, o capitalismo:

Só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre¹⁵ como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (MARX, 2014 [1867], p. 316).

¹⁵ O trabalhador deve ser livre em dois sentidos: livre para vender a força de trabalho e livre na acepção de nada mais vendável possuir além da própria força de trabalho (MARX, 2014 [1867], p. 314).

Portanto, ao analisar o modelo de produção mais avançado alcançado naquele momento pela humanidade, Marx revela que as relações mercantis são o invólucro da sociedade burguesa e não seu conteúdo. Esta afirmação é relevante quando se tem em mente que a Economia Política, nos marcos do capitalismo, depara-se com transformações às quais seus teóricos julgam ser novidades em perspectiva aos modelos produtivos anteriores. O mais novo modo de produção é marcado, segundo a Economia Política, pela relação mercantil através da qual se estabelece a conexão entre humanos.

Assim, o produto teórico surgido daquela nova forma societária dissemina a ideia de que o capitalismo, ou seja, a sociedade burguesa, alcançaria sua forma plenamente desenvolvida no momento em que fosse regida pela lei do valor, em que houvesse livre mobilidade do trabalho e que nenhuma outra força herdada de um modelo anterior impedisse a atuação da mão invisível do mercado na alocação ótima dos recursos escassos. De acordo com Idaleto Aued (2002, p. 53):

De modo geral, podemos dizer, segundo a Economia Política, que a fase mais desenvolvida da sociedade burguesa dá-se no tempo em que os homens dividem-se e confrontam-se como compradores e vendedores; produtores e consumidores; ou como proprietários de capital, proprietários de terra (recursos naturais) e proprietários de trabalho, cada um participando da riqueza produzida de acordo com o recurso econômico do qual é proprietário, o vende ou o aluga.

A Economia Política Clássica, então, se fundamenta no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, período no qual elementos capitalistas iniciam sua generalização enquanto que traços feudais passam a ser enxergados como entraves à nova dinâmica que se estabelece a partir da relação entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que se apropriam dela. Em contraposição ao feudalismo, o capitalismo se baseia no trabalho enquanto produtor de riqueza, dividindo a sociedade entre aqueles que possuem os meios de produção e de subsistência e aqueles que nada possuem a não ser a força de trabalho. Refinando essa divisão chegaremos a três grupos, o primeiro sendo representado pelos proprietários da terra que não trabalham, porém, ao permitirem que outros nela trabalhem, recebem a renda da terra e o segundo composto pelos proprietários do capital monetário e do capital fixo indispensável à produção dentro desse sistema.

Os proprietários desses capitais, na visão clássica, conforme Aued (2002), organizam a produção e deixam de consumir em prol de consumo futuro de forma que recebem a remuneração pelo sacrifício, a poupança, e pela atividade organizadora se apropriando então do lucro e do juro. Por fim, o último grupo seria formado pelos

trabalhadores que detêm, única e exclusivamente, a força de trabalho cuja remuneração é o salário. Essas transformações foram definidas como formas superiores na alocação dos recursos escassos na produção da riqueza de modo que a passagem do feudalismo para o capitalismo foi tida como natural por generalizar elementos típicos do novo modo de produção a partir da leitura clássica.

Através d'O Capital, Marx critica a Economia Política no momento em que afirma que a sociedade burguesa não está fundamentada na relação mercantil considerando este traço como invólucro, aparência das relações entre os homens. Essas relações não se constituiriam a partir da venda do produto do trabalho uma vez que, segundo Marx, o conteúdo das relações sociais se estabelece a partir da contraposição entre proprietários dos meios de produção e de subsistência e trabalhadores, detentores unicamente da força de trabalho (MARX, 2014 [1867]). Ao afirmar que as leis que regem o capitalismo se baseiam nessa contraposição social, Marx identifica uma falácia na produção da Economia Política de então, a qual desconsidera o ponto de partida do capitalismo como aquele momento no qual os homens lutam entre si pela transformação dos meios de produção e de subsistência em propriedade privada, processo bárbaro e violento.

Como destaca Aued (2002, p.56):

É isto que a Economia Política não compreendeu, ou seja, que o surgimento da sociedade capitalista deu-se através do processo de expropriação dos trabalhadores diretos de seus meios de produção e de subsistência, e não pela generalização das relações mercantis.

Vale a pena recuperar, também, a reflexão de Maurice Dobb, a partir de Marx, enfatizando que:

O capitalismo não era somente um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou – mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho ‘se tornara uma mercadoria’ e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda da força de trabalho era a única fonte de subsistência (DOBB, 2012 [1963], p. 16).

Nesse sentido, podemos recorrer à gênese da afirmação de Maurice Dobb para compreender melhor o momento no qual surge o embrião do capitalismo, ou seja, o momento no qual seu principal determinante surge e se afirma enquanto característica predominante de um novo modo de produção. A dinâmica do capitalismo se estabelece, para Marx, como sendo uma relação entre grandes quantidades de capital e de força de

trabalho associada à produção capitalista cujo fim principal é a produção de mais-valia a qual compõe a acumulação capitalista. Para se pensar a origem desse ciclo o autor retoma o que Adam Smith nomeou de acumulação primitiva¹⁶, isto é, na visão de Marx, um momento histórico no qual, os capitalistas ou burguesia concentram os meios produtivos e passam a comprar a força de trabalho dos trabalhadores ou proletários. Nasce dessa separação entre proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a própria força de trabalho as duas classes às quais Marx nomeia de capitalistas em contraposição ao proletariado ou operariado:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 2014 [1867], p. 961).

Uma vez separados os meios de produção e a classe trabalhadora, inicia-se o ciclo capitalista cujo estabelecimento reproduz essa separação continuamente e em escala cada vez maior. O capitalismo necessita da separação entre trabalhadores e meios de produção, cuja propriedade pertence à classe distinta da primeira e que, além dos meios produtivos, detém ainda o capital de investimento. O contato entre a força de trabalho pertencente aos trabalhadores e trabalhadoras e o capital industrial pertencente ao capitalista transforma essa associação em mais capital, cumprindo a finalidade central de todo o processo, isto é, a valorização do capital investido primeiramente pelos capitalistas.

É nos marcos da acumulação primitiva britânica que a colonização americana se desenvolve. As mudanças socioeconômicas que se produziam no Reino Unido já introduziam os elementos que futuramente derivariam na Revolução Industrial. Enquanto Portugal e Espanha possuíam recursos unicamente externos para a conformação de um império, “Holanda, Inglaterra e França possuíam a base interior e precisavam da exterior” (BOSCH, 2009 [1970], p. 77, tradução nossa). As condições externas, gozadas pelos países ibéricos, baseavam-se no acesso a e na ocupação de vastos territórios a partir da exploração de recursos naturais, como metais e produtos tropicais, sem que houvesse, nestes países, mercados consumidores para os bens que ali

¹⁶ “Assim como a acumulação de capital, por sua natureza, deve ser anterior à divisão do trabalho, da mesma forma o trabalho pode ser cada vez mais subdividido, somente na proporção em que o estoque for previamente cada vez mais acumulado” (SMITH, 1996 [1776], p. 285).

se obtinham uma vez que a atividade organizada pelos países peninsulares era voltada à exportação. Simultaneamente às experiências ibéricas, países como França, Holanda e Inglaterra “acumulavam capitais, desenvolviam sua organização social, fortaleciam seus poderes centrais e criavam forças militares, e se desenvolviam em seus interiores mercados consumidores de produtos tropicais” (BOSCH, 2009 [1970], p. 78-79, tradução nossa).

Dessa forma, a América Latina se incluiu na expansão do mercado nascido na Europa ainda no seu primeiro período, aquele da sua “criação original, entre 1450 e 1650, durante o qual o moderno sistema mundial chegou a incluir principalmente a maior parte da Europa (mas não a Rússia nem o Império Otomano) e algumas partes da América” (WALLERSTEIN, 2007 [1999], p. 68, tradução nossa). O desenrolar deste período, cujo fim inaugura uma era na qual o globo se encontra ainda mais integrado sob a égide da produção mercantil, deixa evidente como o capitalismo é uma “organização socioeconômica com pretensões mundiais” (OSORIO, 2004, p. 123, tradução nossa). Conformava-se assim um Sistema Mercantil que consistiu num “sistema de exploração regulamentado pelo Estado e executado através do comércio, que desempenhou um papel importantíssimo na adolescência da indústria capitalista: foi essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva” (DOBB, 2012 [1963], p. 212).

Portanto, a América inicia sua articulação à Europa através da produção de bens primários essenciais que conectavam as duas economias a partir de “um sistema de vias comerciais marítimas, que crescia rapidamente em volume e capacidade, [e que] circundava a terra, trazendo seus lucros às comunidades mercantis europeias do Atlântico Norte” (HOBSBAWM, 2014 [1962], p. 45). Neste período, surgem políticas mercantilistas cuja:

Preocupação central, que conferiu aos escritos econômicos do século XVII seu elemento de uniformidade, foi a criação de uma balança favorável de comércio, no sentido de uma expansão de exportações não equilibrada por um ingresso equivalente de mercadorias estrangeiras no mercado interno” (DOBB, 2012 [1963], p. 205).

A ascensão de uma classe relacionada à produção manufatureira e a falta de acesso direto a metais preciosos na França e na Inglaterra propiciou a capacidade destes países em “conduzir no século XVII uma política econômica coerente e de relativa eficácia” (DEYON, 2011, p. 21). Baseava-se na noção de que um aumento das exportações não deveria ser acompanhado de importações numericamente equivalentes,

de preferência esta deveria ser menor do que aquela, daí o sentido da balança comercial favorável. Porém, a noção mercantilista também se dedicava ao preço das mercadorias trocadas. O preço das exportações deveria ser o mais alto possível em detrimento de importações mais baratas. Esta noção está em consonância com o fato de que “a barateza era elogiada nesse período como virtude” (DOBB, 2012 [1963], p. 214).

Acreditava-se, à época, que o aumento do preço das exportações era desejável e que este acréscimo não interferiria na quantidade de bens adquirida pelos compradores. Esta concepção comercial deriva do contexto sobre o qual os pensadores mercantilistas estão escrevendo, no qual a relação colonial possivelmente coercitiva garantia o monopólio aos produtos da metrópole. Dessa forma, podemos entender que “é essencialmente na aplicação à exploração de um sistema colonial dependente que as teorias comerciais mercantilistas adquirem sentido” (DOBB, 2012 [1963], p. 207).

Ainda que houvesse semelhanças entre as políticas adotadas pela França e pela Inglaterra, foi nesta última onde se reuniram condições adequadas às modificações oriundas do processo de melhoramento da técnica voltado ao aumento da produtividade. Esta condição não se refere à superioridade tecnológica ou mesmo científica por parte da Inglaterra, mas, ao contrário, “nas ciências naturais os franceses estavam seguramente à frente dos ingleses” (HOBSBAWM, 2014 [1962], p. 61). Nem mesmo a força motriz do vapor, introduzida com o intuito de transformar o caráter da produção “à utilização de máquinas movidas por energia não humana e não animal” (DOBB, 2012 [1963], p. 260), era uma novidade britânica utilizando-se de conhecimentos de física “disponíveis então há quase um século” sendo desenvolvida somente “*ex post facto* pelo francês Carnot na década de 1820” (HOBSBAWM, 2014 [1962], p. 62-63, grifo do autor).

De acordo com Hosbsbawm (2014 [1962]), os determinantes essenciais à ocorrência da industrialização britânica estão relacionados à estrutura agrária, a qual era responsável pela nutrição de um crescente exército proletário e ainda pelo fornecimento de reservas de trabalhadores às cidades e às indústrias. Além disso, o autor ainda destaca que o sistema monárquico inglês passara por transformações no sentido de se engatar ao lucro de modo que “o dinheiro não só falava como governava” (HOBSBAWM, 2012 [1962], p. 64). Assim, o desenvolvimento econômico e o lucro privado eram já tidos como objetivos determinantes da atuação governamental.

Desta forma, a política de cercamentos aliada à acumulação primitiva de capital, movimento de concentração da propriedade das terras coletivas, transformou a

Inglaterra num “mercado de trabalho irrestrito” (DOBB, 2012 [1963], p. 277). Ainda que a oferta de força de trabalho fosse abundante e barata neste país, a “transformação técnica desse período se fez predominantemente no sentido de economizar trabalho” (DOBB, 2012 [1963], p. 279). O aperfeiçoamento que surge como produto da Revolução Industrial, em última instância atua no sentido de diminuir custos e com isso os preços e conseqüentemente aumentar os lucros.

Como destacou Ruy Mauro Marini, a função desempenhada pela América Latina é primordial à acumulação que levaria à Revolução Industrial, uma vez que o continente:

Contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2005 [1973], p. 133-134).

À época da Revolução Industrial, os países latino-americanos passam pelos seus respectivos processos de independência diante dos conflitos napoleônicos que destituem a monarquia na Espanha e levam a família real portuguesa a assentar a sede do império no Rio de Janeiro. Integrando-se ao mercado mundial a partir das exportações de matérias-primas, o continente se especializa na satisfação das demandas primárias dos países centrais. Os formalmente independentes países latino-americanos abandonam a tutela colonial e se incorporam à órbita político-econômica cujo eixo gira em torno da Inglaterra.

Após a luta pela independência, os nascentes países, em sua maioria repúblicas oligárquicas, aderem ao liberalismo enquanto política econômica por excelência de modo que se substituem as antigas classes europeias no poder pelo governo dos latifundiários e profissionais crioulos que regem a maioria da população de forma totalmente alheia a ela, perseguindo suas ambições sem nenhuma visão política ou econômica (MARIÁTEGUI, 2007). O contexto de liberalização econômica é favorável à elite oligárquica desses países uma vez que:

Sua viabilidade nacional está ligada de forma indissolúvel a sua capacidade de se vincular de maneira dinâmica ao mercado mundial, através de exportações de mercadorias que se pode chamar de solventes, isto é que o mercado requer (MARINI, 1994, p. 3, tradução nossa).

Assim, estas elites oligárquicas definem um destino histórico para a América Latina que na realidade era apenas produto de uma divisão internacional do trabalho (MARINI, 1994). Na ordem que surgia naquele então, a articulação às demandas da

“nova metrópole” incluem também um conjunto de manufaturas a serem importadas e montantes ilimitados de capital obtidos em troca de uma taxa de juros significativa. Neste contexto, quando a divisão internacional do trabalho era ainda simples, ou seja, “indústria *versus* produção primária, não há razões de peso para que se rechace o liberalismo” (MARINI, 1994, p. 5, tradução nossa)¹⁷.

Na interpretação de Marini, seria nesse momento que surgiria a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005 [1973], p. 134-135). Incorporada, então, ao mercado mundial sob uma produção estritamente exportadora, a América Latina se especializaria numa produção que não atende às necessidades dos seus habitantes.

Ademais de criar uma oferta mundial de alimentos, estes países formam um mercado de fornecimento de matérias-primas industriais que cresce em função do desenvolvimento da própria indústria. Esta última função, típica da dependência latino-americana, mostra-se determinante para o conjunto do sistema capitalista no momento em que a região se torna responsável por produzir um conjunto de bens que incide diretamente na taxa de mais-valia obtida pelos capitalistas europeus. Para compreender melhor esse processo é necessário se ter bem claro a dinâmica de exploração do trabalhador e da trabalhadora que fundamenta a acumulação desigual capitalista.

A taxa de mais-valia surge de uma parcela de exploração não-paga ao trabalhador, nas palavras de Marx:

Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma

¹⁷ Em meados do século XIX um novo ciclo econômico se abriria, “o do café, que já em 1830 representava um terço das exportações, dirigidas preferencialmente aos Estados Unidos” (MARINI, 1994, p. 4, tradução nossa). No despontar deste século até meados dele, a Inglaterra se vê imersa em crises sucessivas e está absorvida em seu foco expansionista através do mercado europeu sendo incapaz de conceder demasiada atenção à América Latina (MARINI, 1994). Este contexto explica em parte a postura protecionista do Brasil a partir das Tarifas Alves Branco, “conhecida como avanço dos protecionistas. A Tarifa foi lançada pelo Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844, que tributava em 30% grande parte dos artigos estrangeiros” (BARBOSA, 2014, p. 68). Ressaltamos que esta lógica tributária atende aos interesses da oligarquia agrária tanto no plano de mercado internacional, a partir da noção de que a tributação das exportações diminuiria a competitividade deste setor, quanto no plano doméstico, uma vez que os impostos sobre as exportações gerariam dividendos desfavoráveis à elite agrária. Ainda que em estreita consonância com a oligarquia, esta política só foi praticada devido ao contexto no qual o Brasil se relacionava com a ascendente potência industrial: “primeiro, a difícil relação com [a] Inglaterra, antes da abolição do tráfico negreiro, que sugeria medidas de retaliação. Segundo, e mais importante, a penúria do Estado, que não poderia ser aliviada pelo uso de créditos externos, pelo próprio estado das relações com a metrópole” (MARINI, 1994, p. 5, tradução nossa).

determinada quantidade de trabalho alheio não pago (2014 [1867], p. 738, grifo do autor).

Assim, todo mais-valor surge justamente da relação de exploração do trabalhador na qual este último trabalha além do tempo que corresponde ao seu salário, o qual se volta à obtenção dos bens necessários à reprodução da sua vida, trabalhando assim num período excedente. O processo que fundamentou a Revolução Industrial, como já apontado, refere-se a inovações voltadas à economia do trabalho, ou seja, ao aumento da produtividade deste. Isto não significa, de imediato, um aumento da taxa de mais-valia, uma vez que a determinação desta:

Não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia (MARINI, 2005 [1973], p. 139-140).

Pensando nesta relação numa tentativa de aumentar sua lucratividade, o capitalista exercerá pressão no sentido de diminuir o preço dos bens que compõem a cesta de produtos necessários à reprodução da sua força de trabalho de modo que ele possa pagar menores salários. Dessa pressão surge a possibilidade em se reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e daí a mais-valia relativa. Nos termos de Marx:

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. Para reduzir o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de afetar os ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, portanto, aqueles ramos que ou pertencem ao círculo dos meios de subsistência habituais, ou podem substituí-los por outros meios (2014 [1867], p. 485).

A participação da América Latina no mercado mundial ao se pautar inicialmente na produção de bens primários, matérias-primas e alimentos contribui assim de forma decisiva para que a:

Acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2005 [1973], p. 138).

Depois de estabelecida a função da América Latina dentro do nascente mercado mundial, o foco mercantil se desloca da barateza das mercadorias primárias à expansão dos mercados. Esta expansão tem sua raiz no nascimento e consolidação de um modo de produção que se estabelece enquanto um “*sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial*” (MANDEL, 1982 [1972], p. 32, grifo do autor). Após a consolidação da expansão do mercado mundial, a qual teve participação marcante da América Latina, esta passa a se articular plenamente, principalmente após 1840 (MARINI, 2005 [1973]).

Com a inserção dependente e seu protagonismo no deslocamento do eixo da acumulação à obtenção da mais-valia relativa, as contradições envolvidas neste processo ultrapassam a esfera latino-americana. Nos países industriais, o aumento da produtividade e a diminuição da participação do custo da força de trabalho materializada no preço das mercadorias provenientes da indústria geram aumento do valor do capital fixo em detrimento da queda do valor da força de trabalho, redução dos salários e subsequente diminuição da taxa de lucros. Diante desta tendência, a América Latina protagoniza também um papel importante nas estratégias em favor dos países industriais.

O vínculo de dependência latino-americano levaria o continente a prover bens solventes ao mercado internacional de modo a sustentar a posição manufatureira das potências europeias. A produção de alimentos e matérias-primas ao longo do século XIX foi ainda acompanhada pelo decréscimo do preço dessas mercadorias. O entendimento de que as relações mercantis entre nações produtoras de bens de natureza distinta estejam sendo modificadas em favor dos países centrais por meio de pressões militares ou diplomáticas acaba sendo simplista uma vez que “a utilização de recursos extraeconômicos é derivada precisamente do fato de existir por trás uma base econômica que a torna possível” (MARINI, 2005 [1973], p. 143).

Na interpretação de Marini, a debilidade latino-americana teria tornado possível a intervenção estrangeira nos rumos produtivos que orientariam os países do continente, forçando o aumento da produtividade diante da queda do preço das mercadorias primárias. A reprodução das relações de dependência promove a subordinação latino-americana de modo que se tornam dispensáveis intervenções de caracteres diretos. A queda do preço das mercadorias primárias deriva de uma manobra utilizada pelos países

industriais no sentido de valorizar suas produções em detrimento da desvalorização primária, ou seja, no caso de nações:

Que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas –, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (MARINI, 2005 [1973], p. 145).

Esta relação desigual, fundamentada numa manipulação dos valores das mercadorias em favor dos países industriais, gera não somente uma transferência de valor dos países primário-exportadores rumo ao centro, mas, também, uma perda de mais-valia. Diante da incapacidade dos países dependentes em lidar com essa perda de recursos na esfera do mercado internacional, eles recorrem à produção doméstica de modo que:

A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2005 [1973], p. 157).

É então como uma consequência da transferência de valor pautada no intercâmbio de mercadorias cujos valores são manipulados no mercado mundial que surge a superexploração do trabalhador e da trabalhadora do continente. Esta relação produtiva se baseia em três métodos básicos: o aumento da intensidade do trabalho, o aumento do trabalho excedente e a diminuição do consumo básico do trabalhador. Assim:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal (MARINI, 2005 [1973], p. 147-148).

Dessa forma, funda-se na América Latina uma sociedade pautada num modo de produção baseado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no aumento da sua capacidade produtiva. Essa situação se encontra em estreita consonância com o baixo desenvolvimento das forças produtivas do continente bem como com o tipo de atividade aqui desempenhada, fundamentada no uso intensivo e extensivo do

trabalho de modo que se pode aumentar a riqueza produzida pela simples e direta ação humana sobre seu meio. Assim, fica evidente, portanto:

Que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005 [1973], p. 147).

Diante de uma produção específica de capital, regida sob a dependência, engendra-se também um modo particular de circulação das mercadorias no seio das sociedades latino-americanas. Articulada ao mercado internacional que ela própria ajuda a consolidar, a América Latina se orienta à formação de bens cuja finalidade exclusiva é a exportação. Assim, “a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (MARINI, 2005 [1973], p. 155).

Surge, assim, outra contradição típica da dependência que implica que o consumo dos trabalhadores não interfere na realização da produção, ainda que determine a taxa de mais-valia. Isto se deve ao fato de que a exportação é a finalidade produtiva destes países. Portanto, na América Latina, há a separação dos atores que atuam como posteriores consumidores, público alvo da produção, sendo este o traço particular de uma contradição própria ao capitalismo em ordem sistêmica:

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo de capital – a produção e a circulação de mercadorias –, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2005 [1973], p. 155).

Dessa forma, podemos notar como a economia dependente latino-americana, primário-exportadora, não pode ser entendida apenas enquanto consequência da especialização dentro do mercado internacional. Ela, na verdade, está, pelo caráter do modo como reproduz suas relações de produção, engendradas pela organização a partir de eixos alheios, possível justamente pela sua debilidade, submetida ao capitalismo de modo que este impõe suas contradições ao limite e:

Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2005 [1973], p. 157).

A partir da depravação do salário e da demanda interna, apontando, com base nestas condições, o comércio exterior enquanto rumo do afluxo da produção, a classe

oligárquica tem demandas por mercadorias não produzidas domesticamente. Dessa forma, surge uma hierarquia de consumo na qual a esfera “alta” é atendida por manufaturas importadas em contraposição à esfera “baixa” a qual pode recorrer exclusivamente ao mercado interno. Com base nos fundamentos da superexploração, o sistema tende a expandir o consumo da primeira esfera em detrimento da restrição progressiva da última.

A divisão internacional do trabalho na América Latina, justamente pelo seu caráter impositivo e parasítico, expressa também as profundas contradições sob as quais a produção se organiza neste território. De modo que:

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias-primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas (MARINI, 2005 [1973], p. 158).

E é sobre esta contraposição típica da esfera da circulação dependente que a posterior industrialização vai assentar suas bases, engendrando assim contradições relacionadas, agora, com o avanço das forças produtivas. A industrialização latino-americana surge apenas em contextos de crise nos quais há uma limitação da capacidade de acumulação no mercado exportador. Diferente dos países industriais do centro, onde o mercado interno é o alvo da produção, “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda preexistente” (MARINI, 2005 [1973], p. 163).

Para refletir acerca do processo de industrialização latino-americana precisamos identificar o modo como os países periféricos se relacionam com o centro. Como a formação latino-americana se deveu ao atendimento das demandas europeias, a evolução desse continente caminha no sentido de consolidar sociedades que se especializam nessas demandas de modo que, como aponta Marini, “a conformação dos novos países derivará em grande medida da estrutura sociopolítica herdada da colônia” (1994, p. 3, tradução nossa). Dessa forma, a dependência nasce junto à ascensão de sociedades, ainda coloniais, cujas orientações são direcionadas por outras economias de uma forma autoritária e dominante.

Assim, podemos entender a dependência enquanto uma relação de domínio entre duas economias na qual “certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida”

(BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 38)¹⁸. Porém, esta relação não se encontra estanque, uma vez que é construída historicamente, de modo que ela varia em função de algumas relações que definem o sistema como um todo, tanto domesticamente quanto internacionalmente, como explicita Theotônio dos Santos:

Podemos dizer que as formas históricas de dependência estão condicionadas por: 1. As formas básicas da economia mundial, que tem suas próprias leis de desenvolvimento; 2. o tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e os modos como se expandem em direção ao exterior; 3. os tipos de relações econômicas existentes no interior dos países que se articularam na condição dependente, no seio das relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista (2011 [1978], p. 368, tradução nossa).

Portanto, observamos que a dependência se define pela submissão de uma sociedade às diretrizes impostas por outra economia e à própria transformação das relações de produção internamente de modo que ela não se configura enquanto um fenômeno externo à estrutura dependente, mas, se atrela ao capitalismo enquanto consequência e determinação da sua expansão. Seu caráter de condicionalidade se refere, então, aos limites e possibilidades destas sociedades de modo que, em função dos elementos já explicitados, a dependência se reconfigura com o tempo se relacionando a diferentes contextos, domésticos e internacionais.

Na leitura de Vânia Bambirra, a industrialização na América Latina teria ocorrido, basicamente, por duas formas, conforme o país. Há aqueles que iniciaram suas industrializações no final do século XIX, os chamados países do tipo A, a partir da consolidação de um mercado interno que surge da modernização primário-exportadora decorrente da readaptação da economia dependente em torno da II Revolução Industrial “caracterizada pela produção em série de máquinas de fazer máquinas [...] que determinam um novo ciclo de expansão capitalista” (BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 65). Este bloco representa a experiência concreta vivenciada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia¹⁹, México e Uruguai.

Além dos países do tipo A, “ todos os demais países latino-americanos, até o pós-guerra não haviam começado a montagem de um parque industrial” (BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 58) de modo que constituem outro grupo, os do tipo B, cuja industrialização vai ser produto da integração monopólica, momento de ascensão hegemônica estadunidense amparada no processo de monopolização econômica, quando

¹⁸ Cf. Dos SANTOS, *Dependencia y cambio social*. Santiago, Chile: CESO, 1973.

¹⁹ “A situação da Colômbia é um pouco diferente, pois neste país a industrialização propriamente dita somente começará a partir da segunda metade da década de 1920. Contudo, depois de 1930 os níveis de crescimento industrial são bastante expressivos” (BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 58).

não há mais condições para a permanência do capital industrial nacional. Por fim, há os países que, até o momento da leitura de Vânia Bambirra, não haviam tido nenhum contato com a produção industrial ainda, como era o caso do Haiti, Panamá e Paraguai, os chamados tipo C²⁰.

O processo de modernização primário-exportadora vivenciado pelos países do tipo A agiu no sentido de criar duas consequências principais no sistema produtivo desses países:

- a) A tendência do setor produtor exportador propriamente dito a aumentar seu dinamismo, elevando sua capacidade de absorção de mão de obra em condições salariais relativamente superiores, ampliando assim o mercado interno.
- b) A criação e expansão dos setores complementares ao setor exportador (sejam eles agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, serviços, etc.), em função da economia exportadora. Esses setores vão adquirindo progressivamente um dinamismo próprio, na medida em que se desenvolvem para atender uma demanda real já existente, e que, por sua vez, gera novas demandas (BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 70).

Dessa forma, institui-se, no continente latino-americano, outra forma de dependência, a saber:

A dependência financeiro-industrial, que se consolida em finais do século XIX, caracterizada pelo domínio do grande capital nos centros hegemônicos e sua expansão em direção ao exterior para investir na produção de matérias-primas e produtos agrícolas consumidos nos centros hegemônicos (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 368, tradução nossa).

Esta indústria, a qual emerge do processo de modernização, encontra-se estreitamente vinculada ao setor oligárquico-exportado, o qual permanece enquanto dínamo principal da economia latino-americana. Como única forma de existência, os setores industriais têm um compromisso explícito com as oligarquias, restringindo suas demandas, como a reforma agrária voltada ao aumento de mercados uma vez que a estrutura fundiária latino-americana é base para a sustentação da dominação subalterna das classes oligárquicas. Dessa forma, é possível entender que a industrialização latino-americana não ocorre enquanto superação da dependência, uma vez que está intimamente atrelada à resignificação da divisão internacional do trabalho com base na II Revolução Industrial, constituindo-se enquanto adaptação dependente a esta nova forma da economia mundial capitalista.

Esta Revolução marca a passagem do chamado capitalismo de livre-concorrência, marcado pela hegemonia britânica, ao capitalismo imperialista,

²⁰ O enquadramento dos países do tipo C não é esgotada pela autora. Como esta mesma aponta, não foi possível encontrar dados que fundamentassem essa outra categoria.

sublinhada pela ascensão de novas nações industriais. Além disso, esta transição representa

A articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a ‘artilharia leve’ de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a ‘artilharia pesada’ do controle das reservas de capital. Por outro lado, na época pré-imperialista, a concentração na produção e exportação de matérias-primas *sob o controle da burguesia nativa* tinha sido apenas um prelúdio à substituição das relações pré-capitalistas de produção no país, de acordo com os interesses dessa burguesia (MANDEL, 1982 [1972], p. 37, grifo do autor).

Dessa forma, compreendemos como, nos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor exportador:

O mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho é aquele que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos mercados nacionais e engendra, portanto, os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras (BAMBIRRA, 2013 [1970], p. 67).

Nesse período no Brasil, dá-se fim à Antiga República na Revolução de 1930 e se instauram as bases para a formação do Estado Novo²¹ “através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes” (MARINI, 2014 [1969], p. 75). O processo de industrialização que ocorreu na América Latina, portanto, não teve condições de romper com a dependência uma vez que se constituiu enquanto reconfiguração dela. Essa readaptação ocorre precisamente devido ao novo contexto da economia mundial, na qual o centro se especializa na produção de bens de capital.

²¹ O Estado brasileiro vai sofrendo transformações ao longo de sua história relacionadas à estrutura de classes da sua sociedade e das relações de poder que o perpassam.

Essa terra de Ilhéus, sua terra, estava longe de ser realmente civilizada. Falava-se muito em progresso, o dinheiro corria solto, o cacau rasgava estradas, erguia povoados, mudava o aspecto da cidade, mas conservavam-se os costumes antigos, aquele horror.

Gabriela, Cravo e Canela – Jorge Amado

CAPÍTULO 2 – HISTORIOGRAFIA E INTERPRETAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA LATINO-AMERICANA: INDICAÇÃO DE UMA “HERANÇA COLONIAL” COMO OBSTÁCULO À INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DAS OBRAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO

Do ponto de vista europeu, as terras americanas se configuraram enquanto uma das maiores descobertas do século XV e sua extensão e riqueza logo chamaram atenção das emergentes potências daquele continente, Inglaterra, França e Holanda. Ainda que a Espanha tenha organizado estratégias de defesa que se estendiam da Flórida ao Rio da Prata, desde o início, forças não-ibéricas conseguiram penetrar as Antilhas apesar do esforço espanhol. Desse modo, Portugal e Espanha tinham a noção de que precisavam efetivamente ocupar suas terras no sentido de protegê-las da dominação estrangeira.

Assim, os dirigentes da política lusitana decidem dar início à ocupação agrícola brasileira, feito de grande importância na história americana. A historiografia econômica latino-americana destaca que, no início, através da atividade extrativa baseada na expropriação, “a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, 2007b [1959], p. 29)²². Destacando já desde o período colonial a ausência de mercado interno como eixo explicativo – que seria um dos elementos centrais no construto de sua obra – Furtado aponta que a logística necessária tornava a exportação extremamente cara, de modo que deveria haver uma demanda suficiente para compensar os gastos com transporte e segurança, o que não ocorria no cenário agrícola brasileiro de então, uma vez que o maior consumo de um produto da terra se voltava ao trigo, amplamente produzido na própria Europa.

²² No século XX, na Paraíba, nasce Celso Furtado, filho de proprietários de terra e de família tradicional do interior paraibano. O teórico se formou em Direito no Rio de Janeiro no ano de 1944 e progrediu seus estudos em Paris e em Cambridge. Furtado é pioneiro na formulação, juntamente com Raúl Prebisch, economista da CEPAL, cuja formação também é produto da associação dos dois economistas, da concepção estruturalista voltada à América Latina e seu desenvolvimento. O autor foi ainda protagonista na direção da CEPAL e na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o intuito de estudar e diminuir as desigualdades que abrangem a parte nordeste do Brasil. Celso Furtado participou ainda da vida burocrática do país atuando nos Ministérios do Planejamento e da Cultura nos governos de João Goulart e de José Sarney, respectivamente. Foi embaixador brasileiro na Comunidade Europeia e também representou o Brasil junto à ONU e à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) após o período de redemocratização. Morreu no Rio de Janeiro no ano de 2004 deixando uma produção que abarca mais de 32 títulos traduzidos em vários idiomas.

Portugal desempenhou papel pioneiro na ocupação agrícola da América pautado na produção de açúcar, na qual o país tivera experiência prévia nas suas colônias do Atlântico e por meio de uma associação aos flamengos, indispensável ao êxito conseguido no Brasil. Especializados no comércio no interior do continente europeu, a ajuda flamenga, holandesa em especial, contribuiu tanto para a absorção da produção açucareira brasileira quanto para a sua própria organização e montagem (FURTADO, 2007b [1959], p.34). O financiamento e comercialização eram ocupação dos flamengos, enquanto que a técnica foi herdada das experiências antecessoras de Portugal.

Diante das revoluções da engenharia e das profundas modificações que elas implicaram na navegação de então, a rota do comércio europeu sofreria alterações também drásticas. O comércio da Europa orbitava na ligação entre os comerciantes do Mediterrâneo, os quais monopolizavam a venda das especiarias orientais, àqueles da costa austral do Mar do Norte. A rota terrestre entre essas duas regiões se configurava enquanto o maior percurso comercial daquele então. Porém, a partir do século XIV:

Mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois polos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 13).

Como Caio Prado²³ destaca, Portugal desempenharia papel pioneiro na expansão comercial europeia em três sentidos principais. A postura lusitana pioneira derivaria da sua condição geográfica, localizado no extremo da Península Ibérica, Portugal teria uma destacada vocação ao mar de modo a estudá-lo de forma organizada e institucional desde 1417, com a fundação da Escola de Sagres sob direção do infante Dom Henrique, o navegador. Enquanto povos como:

Holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 20).

Dessa forma, Portugal se lançaria ao mar na esperança de realizar o périplo africano para atingir em “seu proveito uma rota que os poria em contato direto com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas

²³ Caio Prado Júnior foi um historiador brasileiro cujas produções lançaram bases para uma nova interpretação da realidade brasileira através da perspectiva marxista. Nascido em 1907, o paulistano dedicou grande parte da vida ao entendimento da sociedade brasileira juntamente à militância, amparada em sua participação no Partido Comunista do Brasil (PCB) e na sua atuação na Revolução de 1930. Prado Júnior entrou no PCB ainda em 1930 e dedicou tempo e esforço para entender os cenários revolucionários que vigoravam na União Soviética, na China e em Cuba. Suas principais obras são *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e *História Econômica do Brasil*, de 1945.

italianas e dos mouros, por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 14). Aqui se encontraria o primeiro elemento de pioneirismo português, quando, em finais do século XV, 1498 especificamente, a expedição de Vasco da Gama atinge Calicute, na Índia, como destaca Camões:

Já se viam chegados junto à terra
 Que desejada já de tantos fora,
 Que entre as correntes índicas se encerra
 E o Ganges, que no céu terreno mora.
 Ora sus, gente forte, que na guerra
 Quereis levar a palma vencedora:
 Já sois chegados, já tendes diante
 A terra de riqueza abundante
 (199- [1572], VII, 1).

Ao se deslocar até a Índia através do contorno da África, Portugal tem acesso às opulências orientais numa rota cujo estabelecimento transforma os mercadores lusitanos em grandes concorrentes dos comerciantes do Mediterrâneo. O êxito expansionista português, que inaugura a própria expansão comercial europeia e que tem início ainda em 1415 com a conquista de Ceuta no norte da África, inspiraria os seus vizinhos peninsulares a também buscarem uma rota alternativa que desembocasse no Oriente. É este ímpeto que forneceria aos espanhóis a iniciativa que culminaria na chegada à América, consequência da aventura espanhola nas grandes navegações de cuja rota todos tentavam tirar proveito a não ser:

Aqueles que dominavam o antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo, e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados geograficamente com relação às novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 14).

O Oceano Pacífico, entretanto, nunca foi atingido pela expedição de 1492 liderada pelo genovês, que pensou ter atingido as Índias, mas, acabara de se deparar com o continente cuja riqueza transformaria a Espanha numa das maiores potências do século XVI. O protagonismo oriental era tamanho àquela época que a América vai chegar a ser interpretada enquanto obstáculo, “oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 15). O descaso pelo continente derivaria da finalidade principal que motivara toda a expedição espanhola:

É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por esses territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 15-16)

Desse modo, o povoamento não seria uma possibilidade inicial nem para portugueses e espanhóis nem para seus seguidores ingleses, holandeses e até franceses. A ideia de ocupação que se tinha até então derivaria de uma prática antiga, que tinha por finalidade a construção de administrações comerciais, “como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 22). Posteriormente, devido às condições que se apresentam na América, com escassa população desprovida de bens que interessavam ao comércio de então, não se poderia apenas instalar uma feitoria como as de outras partes, responsáveis pela administração e eventual defesa.

Diante dessas condições, “era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 16). A forma de organização do território recém-descoberto seria também fruto do pioneirismo português em suas experiências, ainda do século XV, no Atlântico, onde a produção carecia de povoamento e organização, voltada à produção de bens úteis ao comércio.

Inicialmente, a produção se organizava com base na atividade extrativa: “é ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras, de construção ou tinturiais (como o *pau-brasil* entre nós)” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 23, grifo do autor). Posteriormente, e principalmente onde não foram descobertos metais preciosos, se estabeleceria uma atividade pautada numa “base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 17)

A base agrária que se ilustra na agricultura colonial portuguesa estaria relacionada ao clima e às características demográficas de Portugal de então. O clima tropical americano é totalmente diverso ao europeu de modo que se apresentariam infortúnios sob a perspectiva daqueles colonos que procuravam refúgio, seja por contextos puramente econômicos ou ainda religiosos, e demonstraria, também, inúmeros atrativos já que a diversidade gestaria as condições necessárias à criação de gêneros inexistentes na Europa. Assim, diante da adversidade dos trópicos, surgiria um perfil específico de colono já que “para estes, o europeu só se dirige de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 27). Portugal e a Europa em

geral não tinham ainda se recuperado das crises demográficas que surgiram com a peste que assolou o continente, sendo responsável pela morte de 30% a 60% da população europeia do século XIV (ALCHON, 2003, p. 21).

Dessa forma, excluindo o contato inicial dos portugueses com a atividade extrativa do pau-brasil, a qual Caio Prado Júnior denomina enquanto “insignificante ciclo extrativo” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 130), a agricultura teria se ido formando e erigindo a civilização brasileira. Superados os empecilhos relacionados à organização produtiva, o problema enfrentado teria então se voltado à escassez da mão de obra frente à resistência e à inadequação dos nativos ao trabalho orientado pelos europeus, a qual não poderia ser solucionada com base na exportação de trabalhadores portugueses uma vez que o país já sofria com a falta deles. A solução encontrada então se pautou no conhecimento português sobre o comércio africano de escravos. Dessa forma, Portugal consegue enfrentar os problemas encontrados na estruturação da produção agrícola americana com base na ocupação de terras voltada à produção açucareira dando origem a um “novo modelo de estrutura societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial” (RIBEIRO, 2006 [1995], p. 17)²⁴.

Em sua interpretação, Furtado destaca que o sucesso da empresa agrícola portuguesa no Brasil se deveu em parte à descoberta precoce de metais preciosos nas colônias espanholas que gerou fluxos imensuráveis de metais à metrópole de modo a provocar transformações estruturais na economia espanhola. Assim, a concentração da atividade econômica das colônias espanholas acabou impedindo sua diversificação no sentido da produção agrícola, a qual contaria com fatores favoráveis, como a abundância de terras férteis e vastas, mão de obra farta e ainda clima ideal (FURTADO, 2007b [1959], p. 40). Desse modo, ao Brasil cabia a produção monopolista do açúcar enquanto que as outras colônias tropicais se incumbiam da produção de metais preciosos ou de outras produções agrícolas.

Nesse sentido, cabe destacar o caso das colônias antilhanas britânicas e francesas que se ocupavam da produção dos artigos tropicais, a exceção do açúcar, ao longo do século XVI e meados do XVII atendendo aos interesses políticos das duas metrópoles de “reunir fortes núcleos de população européia” (FURTADO, 2007b [1959], p. 53).

²⁴ Um debate sobre a especificidade deste escravismo pode ser encontrado em GORENDER, 2016 [1978].

Caio Prado Júnior, por sua vez, destaca que a agricultura colonial portuguesa se voltou majoritariamente em seus primeiros séculos ao açúcar com base numa estrutura produtiva pautada em grandes propriedades, no trabalho escravo e na monocultura. No próprio engenho, elemento central da produção canavieira (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 145), conviveriam pessoas com classes sociais extremamente diferentes de forma tal que, desde seu nascimento, a produção brasileira já teria incorporado a desigualdade socioeconômica como eixo da vivência cotidiana.

Para o autor, a grande produção açucareira, extremamente vinculada ao comércio exterior, ressalta *o sentido da colonização brasileira*, a saber, o de “fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 119), e o fato de que o sucesso da produção brasileira dependia em grande medida da articulação com a Europa. O mercado açucareiro se mostrava altamente rentável de modo que os proprietários mantinham o foco da produtividade nesta atividade, dando pouco ou nenhum espaço a experiências secundárias. Deste modo, a produção brasileira assumia grandes dimensões.

É possível observar na evolução da atividade agrícola brasileira como a economia colonial vai se subordinando à satisfação das necessidades europeias pelos gêneros aqui produzidos de modo que “tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 119). Nos dois séculos iniciais de colonização do Brasil a maioria da população colonial se concentra no litoral devido à própria organização da atividade aqui arquitetada com “preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 39). Essa predominância do litoral é conformada pela sobrepujança produtiva de grandes núcleos açucareiros que se estendem por quase toda a costa.

Dessa forma, três grandes núcleos se destacariam enquanto as principais expressões demográficas e econômicas da colônia: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco²⁵. Os elementos que marcam a grande agricultura colonial, a grande propriedade, a monocultura e a força de trabalho escrava, relacionar-se-iam, ainda, com o perfil do colono português que vem ao Brasil. Este português seria aquele que “vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande

²⁵ PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 42.

exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 120).

Celso Furtado, por sua vez, indica que a agricultura açucareira colonial poderia inclusive ser considerada como um impulso dinâmico que chega até a conformar atividades articuladas entre si e consigo, mas que este centro dinâmico acabava, contudo, se voltando ao exterior:

Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos propiciados pelos barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana (FURTADO, 2007b [1959], p. 93).

É nesta "herança colonial" que se encontra a origem de sua formulação, no seio da CEPAL, sobre o "*desarrollo hacia afuera*", que se contraporía a uma dinâmica de "desenvolvimento para dentro" a ser viabilizado por alianças de classe e reformas estruturais. Em suas obras iniciais, Furtado destacava que a renda produzida internamente era extremamente concentrada e não aplicada totalmente, ou sequer em sua maior parte, internamente. O medo da superprodução, experiência vivenciada por Portugal anteriormente nas ilhas do Atlântico, explicaria a centralidade dos comerciantes nas relações econômicas oriundas do açúcar. Dessa forma, "explicar-se-ia assim, facilmente, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização, coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução" (FURTADO, 2007b [1959], p. 82).

Furtado argumenta que a concentração da renda gerada na atividade agrícola açucareira não permitiria a inclusão da população envolvida diretamente na produção. Esta realidade adviria do fluxo de renda açucareiro, o qual se baseia na importação de força de trabalho, especializada ou não, e de equipamentos. Assim:

Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente de inversão – construção e instalação – se realizava praticamente sem que houvesse lugar para a formação de um fluxo de renda monetária (FURTADO, 2007b [1959], p. 84).

O êxito obtido com o rápido desenvolvimento da indústria açucareira ressalta que Portugal deu foco a essa atividade com base numa série de privilégios concedidos aos donos de engenho, como "isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos" (FURTADO, 2007b [1959], p. 75). Isto não significa que não havia outras ocupações na colônia. A caça e escravidão dos

nativos se constituíram enquanto a mais estável atividade econômica daqueles núcleos que não se dedicavam à produção de açúcar, pelo menos não diretamente. Este é o caso do Estado do Maranhão, cujo território se estendia do Ceará ao Amazonas e que manteve seus primeiros núcleos a partir da exploração do silvícola, de modo que:

a inexistência de qualquer atividade comercializável obrigava cada família a abastecer-se a si mesma de tudo, o que só era praticável para aquele que conseguir pôr as mãos num certo número de escravos indígenas (FURTADO, 2007b [1959], p. 110).

Mas ainda havia espaço para outras atividades que se relacionavam diretamente à indústria açucareira. A abundância de terras no Brasil possibilitou que alguns bens fossem produzidos internamente com ampla vantagem como, por exemplo, “as duas principais fontes de energia dos engenhos – a lenha e os animais de tiro” (FURTADO, 2007b [1959], p. 96). Caio Prado Júnior destaca que com a proibição de se produzir gado no litoral, havia que se percorrer distâncias cada vez maiores para se conseguir a força motriz dos engenhos. Ao mesmo tempo, a exploração predatória da lenha contribuiu também para que houvesse uma migração rumo ao interior. Assim, “a devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 136).

O impedimento legal de se cultivar cana numa mesma faixa junto à pecuária contribuiu à exaustão do solo por eliminar “o único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 136). A situação se deteriorava ainda mais diante da forma como se organizava os engenhos, com base na exploração em grande escala. O trabalho era organizado de forma coletiva ainda que houvesse especializações. Caio Prado Júnior defende que, diferentemente de outras formas de organização rural, a grande lavoura, ao determinar a produção coletivamente, reverberaria aspectos sociais e econômicos uma vez que:

E deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem (2008 [1942], p. 143).

Esta realidade seria ainda reafirmada pelas políticas coloniais adotadas pela metrópole, com base, segundo o autor, no perfil do português que vem ao Brasil. Como este tinha alguma proximidade à nobreza lusitana, foi-lhe garantida a posição senhorial na colônia. Desta forma, a metrópole pratica no Brasil uma “política [que] se orienta

desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 120).

É possível, assim, entender que o foco da política metropolitana foi voltado à grande lavoura, a qual envolvia uma estrutura extremamente desigual e pautada na escravidão. Atendendo, ainda, às demandas europeias, essa lavoura se instala no Brasil da forma mais precária e rudimentar possível.

Não se fazia mais que abrir o solo em regos ou covas, conforme o caso, para lançar nela a semente. Aliás de instrumentos agrícolas não se conhecia mais que a enxada. Nada mais primário. O problema da escolha ou seleção de variedades a serem cultivadas pode-se considerar desconhecido. Até princípios do séc. XIX só se conhecia uma única variedade de cana-de-açúcar, a mesma que se cultivava desde o início da colonização (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 137).

Prado Júnior enfatiza o baixo nível técnico da lavoura açucareira. Nem mesmo a força hidráulica era usada constituindo-se enquanto exceção num território com abundância incomparável de recursos fluviais. Para o autor, o regime agrário super precário não se deveria inteiramente à incapacidade do colono. Era algo que se formava estruturalmente, se formando “no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 142).

Com a morte de Dom Henrique I e a ascensão de Filipe I, Portugal se junta à Espanha numa associação que dará origem à União Ibérica, a qual vigorará até meados do século XVII (1580-1640). Neste período, na primeira metade do século XVII, a Holanda invade Pernambuco, apropriando-se de alguns recursos que a possibilitarão se constituir, nas Antilhas, enquanto concorrente à economia açucareira brasileira. E assim, neste período de invasão, Portugal sofre prejuízos e no Brasil se erguem conflitos territoriais.

Houve no Brasil ainda um relativo desenvolvimento urbano da região pernambucana uma vez que os holandeses mantinham parte da renda obtida com o açúcar dentro da própria colônia. Após essa fase militar, na qual Portugal consegue reaver suas antigas posses nordestinas, o preço do açúcar cai vertiginosamente diante da perda do monopólio produtivo para as Antilhas²⁶. Assim, surgem dificuldades

²⁶ Em fins da primeira metade do século XVII, entretanto, a economia antilhana sofreu modificações profundas com base na queda do preço do fumo e ainda da disposição holandesa em constituir um núcleo de produção açucareira fora do Brasil. O estopim dessas transformações teria surgido com a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro naquele período, levando-os a transferir-se para as Antilhas e a

relacionadas à administração e à defesa do território colonial, em especial na sua faixa litorânea nordestina.

Portugal, então, reúne forças para dominar a faixa tropical litorânea até a bacia amazônica. “Dessa forma, foi defendendo as terras da Espanha dos inimigos desta que os portugueses se fixaram na foz do grande rio, posição-chave para o fácil controle de toda a imensa bacia” (FURTADO, 2007b [1959], p. 108). Àquela época, o domínio formal não era suficiente se não estivesse acompanhado pela ocupação efetiva dos territórios.

A decadência açucareira levou Portugal a estender seus domínios, garantindo a devida ocupação do território litorâneo nordestino à foz do Amazonas e reafirmando a posição pecuarista do sul da colônia²⁷. Furtado destaca que a economia brasileira ia, assim, se voltando cada vez mais à subsistência de modo a diminuir suas exportações e, conseqüentemente, suas importações. A queda da demanda do açúcar tinha efeitos muito parecidos na economia açucareira e criatória em curto prazo, diferente da situação a longo prazo, na qual as duas se comportam de forma radicalmente distinta uma vez que a indústria do açúcar dependia de importações apenas para manter sua produtividade enquanto que “a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva. Assim, enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, “na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação” (FURTADO, 2007b [1959], p. 102).

Neste cenário, a economia açucareira entraria em prostração, ainda que os preços internacionais estivessem suficientemente altos para garantir a ascensão antilhana, já que, no caso brasileiro, há uma queda significativa de rentabilidade. A queda do impulso dinâmico açucareiro teria transformado também a economia criatória, fazendo-

constituir “uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica” (FURTADO, 2007b [1959], p. 54).

²⁷ É assim que foram enviados açorianos ao Maranhão no intuito de se constituir uma colônia que acaba sendo, diante de dificuldades políticas e econômicas sofridas por Portugal, abandonada à própria sorte. Na interpretação de Furtado, este seria mais um reflexo da dificuldade em se manter na América Latina “colônias de povoamento”. A queda dos preços do açúcar afetou também a vila de São Vicente que também já sofria com a falta de produtos comercializáveis. Por outro lado, nesta época, já ocorria em portos do sul da colônia brasileira a exportação de couros levando Portugal a se preocupar, pouco a pouco, com a produção vigente no Rio da Prata. A solução encontrada foi a criação da Colônia do Sacramento em fins do século XVII, a qual permitiu a Portugal aumentar enormemente sua capacidade de lidar com o comércio do couro e ainda de constituir um entreposto para o contrabando numa época de fragilidade da marinha espanhola e da insistência hispânica em manter o monopólio comercial com suas colônias.

a voltar-se à subsistência. Diante da incapacidade de importação, o couro ganha outras perspectivas, constituindo-se enquanto única fonte de renda dos produtores mais distantes do litoral.

Assim, parte da população teria se voltado para o interior brasileiro diante da capacidade de absorção de força de trabalho da atividade criatória. A população se beneficiaria do consumo da carne diante da queda das exportações e ainda da capacidade reprodutora própria do gado. O movimento de migração do litoral para o interior significou, portanto, aumento demográfico já que a decadência das exportações gerava aumento da subsistência. “Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade em meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir” (FURTADO, 2007b [1959], p. 106). E, como consequência podemos destacar, o “atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local” (FURTADO, 2007b [1959], p. 113).

Este cenário não impediu que outros gêneros continuassem ou iniciassem suas produções, entretanto, enquanto impulso dinâmico de toda a economia, dificultou este processo²⁸. Outras culturas floresceriam por toda a colônia, como é o caso do tabaco e em algumas regiões, em específico, o caso do algodão. Dessa forma, Prado Júnior afirmaria que a cana, o tabaco e o algodão “constituem os fundamentos da agricultura colonial” (2008 [1942], p. 155), todas atreladas às necessidades do mercado internacional.

Com a análise do início da atividade colonial brasileira já podemos delinear alguns elementos que marcaram e marcam a vida do Estado que se forma posteriormente neste território. A grande lavoura canavieira representou o gérmen da civilização brasileira e se pautava em grandes propriedades, na monocultura e na força de trabalho escrava, inicialmente nativa e depois africana. A grande unidade produtora se estrutura sob um “sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 124).

²⁸ A cana marca a agricultura colonial brasileira em grande medida a partir do açúcar, mas, em menor escala, também, na produção da rapadura e da aguardente.

Esta estrutura é conservada durante os três séculos que marcam o início da colonização. A produção e o sucesso que dela possa surgir são todos derivados da relação do mercado exterior²⁹. Assim, o Brasil se forma com base na satisfação de objetivos e interesses alheios baseado em “um ‘mecanismo’, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se, portanto, inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 128).

Esse objetivo se mantém ao longo do tempo, oscilando “com altos e baixos violentos, semeando cada vez mais um pouco de destruição e miséria neste vasto território que lhe foi dado operar” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 128). E é com esse fim que se formam núcleos urbanos que urgem em favor da sobrevivência. A atenção da colônia às necessidades do comércio internacional gera uma sociedade totalmente despreocupada com os anseios e demandas locais e “em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local” (RIBEIRO, 2006 [1995], p. 404). Os efeitos da decadência da produção açucareira comprovam a extrema desigualdade que ilustrou a economia dos dois primeiros séculos coloniais, levando a população nordestina à precária economia de subsistência diante do colapso do “negócio colonial mais rentável de todos os tempos” (FURTADO, 2007b [1959], p. 106).

Assim, a expansão europeia da qual a conquista americana é parte integrante, estaria assentada nas simples empresas comerciais, as quais se tornariam um elemento presente nos cinco continentes do globo. O estabelecimento dessas empresas, por sua vez, derivaria, também, da evolução histórica do comércio na Europa³⁰.

²⁹ Também Ruy Mauro Marini considera que mesmo as economias que surgem secundariamente se apoiam no efeito dinâmico que surge com a articulação às necessidades metropolitanas e que assim nossa economia vai “se desenvolvendo em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2005 [1973], p. 133). Para o autor, esta relação tem, contudo, sentido distinto, não se configurando como uma herança colonial que constitui obstáculo a um processo de industrialização tido como condição para a ruptura com a dependência latino-americana nos marcos do capitalismo. Dessa forma, inicialmente o Brasil tem uma função clara em que “contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a grande indústria” (MARINI, 2005 [1973], p. 133-134).

³⁰ Outros fatores de importância determinante à instalação destas empresas estão relacionados à evolução histórica do comércio na Europa, às condicionantes internas desses países, às estruturas de classes que se

conformam, às relações de dominação, à particularidade que as sociedades latino-americanas assumem, entre outros.

Todavia, prossigamos! Seja de que maneira for! Saímos a campo para uma luta, lutemos, então! Não vimos já como a crença removeu montanhas? Não basta então termos descoberto que alguma coisa está sendo ocultada? Essa cortina que nos oculta isto e aquilo, é preciso arrancá-la!

Bertolt Brecht

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE DIVERGÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS MOTIVADAS PELA INTERPRETAÇÃO DISTINTA SOBRE O CARÁTER DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

Após apresentar preliminarmente alguns elementos da leitura historiográfica da teoria marxista da dependência em relação ao modo como a América Latina se enquadrou ao sistema internacional, desde a conquista à divisão internacional do trabalho (quando sua inclusão se consolida e se configura como dependente, para além do pacto colonial), passamos à interpretação sobre o período colonial a partir de dois autores pioneiros no estudo da formação brasileira, que buscaremos aqui em alguma medida problematizar a partir de apontamentos iniciais.

É importante destacar que Caio Prado Júnior e Celso Furtado são teóricos de vertentes distintas. O primeiro deles se compromete, desde o nível prático-analítico, com a superação do capitalismo tendo militado junto ao Partido Comunista Brasileiro. O último foi um pensador ligado à burguesia nacional, descompromissado com a superação do capitalismo, embora crítico à miséria e às suas consequências, de modo que seus estudos visam a reduzir os pauperismos produzidos sob o capitalismo. Partindo da leitura da teoria marxista da dependência, a qual busca avançar no sentido da aclaração de determinações que regem tanto a formação como a evolução da sociedade latino-americana, tem-se a finalidade de apontar algumas interpretações que consideramos incoerentes com a realidade do continente.

A LEITURA DE CELSO FURTADO

Na interpretação de Celso Furtado, o sistema capitalista se consolida com as revoluções burguesas, as quais se guiam em torno de transformações sociais que derivam “de que as relações mercantis, antes circunscritas ao intercâmbio de produtos finais ou semifinais, tendem a verticalizar-se: a penetrar na estrutura da produção, vale dizer, a transformar os ingredientes da produção em mercadorias” (FURTADO, 2000 [1980], p. 11). A partir dessas revoluções, principalmente a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, esta inovação produtiva se solidifica e produz mudanças no tecido político-social que compõe as sociedades europeias daquele século de modo a ressaltar o vínculo direto entre modo de produção e organização social. Para refletir acerca dessa

transformação inovadora, Furtado estabelece dois modos de apropriação do excedente que marcam aquelas sociedades historicamente construídas com relativa complexidade.

O primeiro deles seria a apropriação do excedente por via autoritária, característica típica de toda sociedade que se estrutura com base num sistema de dominação, o qual se fundamenta na própria geração e apoderamento do excedente produtivo. Pautadas nesse tipo de apropriação, surgem medidas como o sistema de impostos, ainda que historicamente tenha caminhado no sentido da legitimação, bem como formas de limitar o acesso à terra ou à água, a circulação de mercadorias e ainda o sistema de patentes. Essas medidas são próprias de organizações que se fundam e se reproduzem através da desigualdade de modo que “toda vez que se apresentem assimetrias nas relações entre os membros de uma sociedade cabe imaginar que está subjacente um processo de apropriação autoritária de excedente” (FURTADO, 2000 [1980], p. 68).

O entendimento que fundamenta a interpretação do autor se refere a uma apreensão estrutural da realidade social, a qual “se relaciona com a percepção da estratificação social, das desigualdades de níveis de renda e padrões de consumo em um momento dado” (FURTADO, 2000 [1980], p. 65). Dessa forma, fica evidente que a apropriação do excedente é marcadamente um traço de sociedades desiguais uma vez que é justamente esse movimento que perpetua assimetrias sociais. O outro modo de apropriação estaria relacionado à troca de mercadorias e por isso é chamado de apropriação mercantil de modo que, apesar de produzir desigualdades sociais, não estaria relacionada à dominação.

Assim, ela se consolidaria justamente por estar ligada ao “aumento da produtividade criado pela especialização que é possibilitada pelo intercâmbio” (FURTADO, 2000 [1980], p. 68). Este tipo de apropriação do excedente seria “fonte de elevação de produtividade, de diversificação dos padrões de consumo e de difusão de novas técnicas” (FURTADO, 2000 [1980], p. 70). As revoluções que consolidaram o modo de produção capitalista teriam se conformado justamente no sentido de converter o formato de apropriação mercantil em forma predominante de modo a engendrar dois processos em torno dos quais se ordenam as enormes transformações ocorridas no correr do século XIX: “o primeiro diz respeito a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e o segundo, a uma não menos considerável intensificação do comércio internacional” (FURTADO, 2005 [1974], p. 18).

A transformação estrutural que teria permitido uma maior preponderância à apropriação de excedente por via mercantil teria possibilitado também aumentar a produtividade do trabalho bem como ampliar o consumo nas esferas públicas e privadas. Isto decorreria de características próprias a esse tipo de atividade apropriadora uma vez que esta:

Baseia-se no cálculo: preços de compra e venda, custo de transporte, do armazenamento etc. Tudo isso referido a um denominador comum, bem de aceitação geral, que vem a ser a moeda. A idéia de produtividade nada mais é senão a expressão desse cálculo (FURTADO, 2000 [1980], p. 71).

Como consequência à transformação social que se vivia então, a condição do trabalhador deixaria de ser uma marca do modo de produção, como era até então nas atividades hereditárias ou na garantia ao acesso à terra. Assim seria possível delinear duas fases perfeitamente nítidas na observação da evolução capitalista:

A primeira está assinalada pela desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente e nas formas de ascensão da classe mercantil à posição hegemônica. A segunda é definida pela emergência da organização das massas trabalhadoras como elemento de crescente importância nas estruturas de poder (FURTADO, 2000 [1980], p. 72).

Com base na noção de aumento da produtividade, teria se criado, sob a égide da nação que protagonizava o nascente modo de organização produtiva voltado ao aumento da eficiência, a Grã-Bretanha, um sistema no qual os países se incorporavam de acordo com a noção das vantagens comparativas. Este instrumental teórico liberal implica que cada país deveria se ater à produção na qual ele é mais apto de modo comparativo, isto é, em perspectiva aos caracteres das produções internacionais. Como aponta Ricardo (1996 [1817], p. 96):

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho — produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países — quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros.

Assim se conformaria um sistema de divisão internacional do trabalho pautado na “especificação geográfica erigida em princípio básico ordenador das atividades econômicas [...] [e] fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes ou de criar novos” (FURTADO, 2000 [1980], p. 76). Na América Latina desse período, teriam se organizado economias exportadoras de três espécies no intuito de enquadrá-las dentro desta divisão internacional: aquelas de clima

temperado, de clima tropical e as mineradoras. O primeiro tipo definiria essencialmente a economia uruguaia e argentina, onde “a produção agrícola exportável baseou-se, neste caso, no uso extensivo da terra e se destinou a concorrer com a própria produção interna dos países em rápida industrialização” (FURTADO, 2004 [1976], p. 97).

Este tipo de economia contou desde muito cedo com tecnologia e organização dos transportes de modo que se constituiu logo um mercado interno em torno dos principais portos destes países. Como esses países competiam com os centros industriais, sua produção requeria tecnologia de modo que se constituíram enquanto fronteira europeia em processo de industrialização chegando mesmo a produzirem tecnologia agrícola de ponta. Esses países apresentaram, ainda, alta taxa de crescimento em consonância com a expansão de suas atividades exportadoras.

A segunda categoria abrangeria a maior parte da América Latina, se ocupando de toda a América Central e Caribe, parte da Venezuela e do México, Colômbia e Equador. Estes países pautavam suas produções nas culturas tropicais competindo diretamente com outras áreas coloniais e ainda com a parte escravista dos Estados Unidos. As mudanças produzidas na economia inglesa com a Revolução Industrial não impactaram abertamente essas economias uma vez que o polo industrial inglês se abastecia das produções coloniais.

Assim, a produção desses países teria sido mais demandada pelos países da Europa continental e também pelos próprios Estados Unidos de modo que:

Foi a rápida expansão da demanda de café e cacau, a partir de meados do século XIX, que permitiu aos produtos tropicais desempenharem um papel dinâmico na integração da economia latino-americana no comércio internacional durante a fase que estamos considerando (FURTADO, 2004 [1976], p. 98)

A produção tropical não geraria condições de crescimento e desenvolvimento, salvo exceções como o caso do planalto paulista contribuindo, em fins do século XIX com “dois terços da produção mundial de café” (FURTADO, 2004 [1976], p. 99). Por fim, temos a economia mineradora latino-americana que expressaria a realidade do México, Peru, Bolívia e Chile. A Venezuela passaria a fazer parte desse grupo a partir da segunda década do século XX com a descoberta do petróleo e o subsequente desenvolvimento da extração petrolífera neste país. Este tipo de economia se caracterizaria pela produção altamente especializada que não incluiria uma demanda suficiente de trabalho e, portanto, não geraria um mercado interno.

Seria necessário um fator legislativo para que esse tipo de economia gerasse melhores condições para suas sociedades, uma vez que elas se organizavam com base em máquinas e propriedades internacionais, de modo que:

Suas potencialidades como fator dinâmico somente se tornaram conhecidas quando o Estado interferiu para obrigar essas empresas a adquirir dentro do país parte de seus insumos e para captar, sob a forma de impostos, uma parte significativa do fluxo de renda que tradicionalmente era remetido ao exterior (FURTADO, 2004 [1976], p. 100).

Este sistema de divisão internacional de trabalho teria gerido a enorme acumulação proveniente da articulação comercial do mundo em torno das necessidades europeias, de forma que:

Financiando os investimentos infra-estruturais em todo o mundo em função dos investimentos do comércio internacional, a Grã-Bretanha promoveu e consolidou a implantação de um sistema de divisão internacional do trabalho que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo industrial. Esse sistema favoreceu a concentração geográfica do processo de acumulação de capital, pelo simples fato de que, em razão das economias externas e das economias de escala de produção, as atividades industriais – às quais correspondia o setor de demanda em mais rápida expansão – tendem a aglomerar-se (FURTADO, 2005 [1974], p. 19).

Assim, é possível notar como o capital comercial teria sido central à expansão das atividades econômicas europeias, às quais se articulava o resto do mundo, de modo a converter a sociedade no sentido em que elementos como a propriedade fundiária, antes coletiva, e trabalho, até então servil, se transfigurariam em:

“Instrumentos da produção”, correspondendo-lhes um valor de troca que os coloca no mesmo plano dos bens finais que eram tradicionalmente objeto de intercâmbio. A atividade mercantil, antes limitada à circulação dos bens, tende a verticalizar-se, absorvendo o processo produtivo (FURTADO, 2000 [1980], p. 71).

Como reação ao predomínio desse capitalismo de “livre-mercado”, sublinhado pelas concepções liberais de regulação da esfera econômica, e ainda do monopólio industrial gozado pela Grã-Bretanha, outros núcleos se organizariam atuando no sentido da centralização das decisões econômicas, se constituindo, assim, centros que fariam parte do conjunto das economias desenvolvidas, ainda no século XIX e se estendendo até a Primeira Guerra Mundial, em 1914. A centralização, maior em perspectiva com o período anterior, se desenvolveria, em algumas regiões, através “da preeminência do sistema bancário, o qual conheceria importante evolução estrutural; em outras, o Estado nacional assumiu funções mais amplas na direção do processo de acumulação” (FURTADO, 2005 [1974], p. 19-20). Neste período, se observaria uma confluência dos

recursos voltados ao fortalecimento da indústria de modo a inverter a posição preponderante gozada pelo comércio, até então.

Nas áreas periféricas do sistema, neste segundo período de evolução capitalista, observar-se-ia a deterioração dos termos de troca³¹ consoante às próprias necessidades que nutrem o predomínio industrial. De forma contrária à fundamentação liberal expressa pela Grã-Bretanha no período anterior, neste, o ímpeto industrial não surgiria “no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim” (FURTADO, 2005 [1974], p. 21, grifo do autor). Dessa forma, “prevaleceu o desenvolvimento paralelo de subsistemas nacionais, que se disputavam zonas de influência na periferia” (FURTADO, 2000 [1980], p. 107).

Com o avanço da integração nacional sob a produção industrial, as economias nacionais se orientariam com fins à expansão da atividade industrial rumo às áreas não-industriais. As crises que surgem no decorrer da primeira metade do século XX estariam relacionadas ao acirramento da competitividade dos países centrais no tocante aos mercados periféricos. E esses períodos de crise, de:

Bruscas oscilações e consideráveis baixas nas transações comerciais e financeiras, abrem um importante processo de transformação estrutural nas economias periféricas que não se encontravam submetidas ao jugo colonial (FURTADO, 2000 [1980], p. 107).

E, diante da eclosão dos conflitos bélicos mundiais e ainda sob o marco da crise de 1929, abrir-se-ia a necessidade latino-americana de industrialização perante a interrupção das importações e da queda das exportações, eixo central em torno do qual teriam se erigido as economias latino-americanas. O tipo de industrialização que marca as nações dependentes e subdesenvolvidas é “formado em torno de um mercado previamente abastecido do exterior, vale dizer, engendrado pelo processo de ‘substituição de importações’ [...] [e] apresenta características próprias” (FURTADO, 2005 [1974], p. 22). E, assim, o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho se desarticula abrindo espaço para reestruturação sob a égide da crescente hegemonia estadunidense.

Diante da queda das exportações, em volume ou em preço ou ainda nos dois, e da deterioração dos termos de intercâmbio, o Estado dependente se encontraria numa situação delicada, uma vez que “a capacidade para importar, derivada do volume físico das exportações e dos preços relativos importações-exportações, declinará”

³¹ Cf. PREBISCH, 1986.

(FURTADO, 2000 [1980], p. 108). Esta queda das importações estaria intimamente relacionada à “baixa do coeficiente de exportação e pela elevação simultânea do coeficiente de industrialização” (FURTADO, 2000 [1980], p. 110). Portanto, a industrialização latino-americana surgiria num contexto de crise do sistema econômico internacional, no qual haveria uma queda da demanda por produtos primários acompanhada pela depreciação destes em contrapartida ao aumento dos preços dos produtos industriais próprios das economias centrais de modo que seria necessário substituir as importações.

A denominação da forma como a industrialização teria se fortalecido na América Latina “não é feliz, pois, a rigor, toda industrialização periférica assume a forma de substituição de importações, sendo raro que se venha a produzir localmente algum item que antes não haja sido importado” (FURTADO, 2000 [1980], p. 110). O que haveria de peculiar ao processo industrial que teria se dado na América Latina, própria de países subdesenvolvidos e, portanto, diferente do tipo de industrialização que teria fundamentado a ascensão de países desenvolvidos no segundo período do sistema capitalista, seria justamente que “é pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial” (FURTADO, 2005 [1974], p. 24). Para se entender este movimento é preciso retomar algumas medidas que basearam a iniciativa industrial britânica e a posterior adaptação do modelo industrial a um restrito clube de países.

Nas economias centrais, o aumento da produtividade decorreria precisamente do processo de acumulação, diferente das economias primário-exportadoras, onde “os incrementos de produtividade resultam fundamentalmente de expansão das exportações” (FURTADO, 2005 [1974], p. 22). A mesma postura que fundamenta a acumulação dos países primário-exportadores e da Grã-Bretanha, pelo menos em certo período, determinaria a especialização naquilo que se configuraria enquanto vantagens comparativas. Pois bem, a diferença entre a Grã-Bretanha, e os países desenvolvidos em geral, e as economias primário-exportadoras residiria na “orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade” (FURTADO, 2005 [1974], p. 23).

Os países centrais, à exceção da Grã-Bretanha em determinado período, teriam protegido aquelas atividades nas quais não se encontravam vantagens comparativas, em especial a agricultura, de modo que “mediante essa proteção eles asseguravam demanda ao setor industrial, compensando amplamente com incrementos de produtividade neste

setor o que perdiam nas demais atividades ‘protegidas’” (FURTADO, 2005 [1974], p. 24). Já nas economias onde as vantagens comparativas se encontrariam precisamente na produção primária, o excedente gerado por essa atividade engendraria uma demanda por bens industriais a qual não seria atendida internamente, mas, sim, pelas nações já industrializadas. Dessa forma, a industrialização latino-americana teria tentado reproduzir minimamente a dinâmica industrial que se daria através da instalação de inúmeras subsidiárias do capital internacional.

O movimento de rápida industrialização da periferia já definiria, conforme Furtado (2005 [1974], p. 25) um terceiro estágio de desenvolvimento da economia capitalista internacional. O início dessa fase residiria na construção de um espaço econômico coletivo no centro. Diante da forma inicial como as economias periféricas teriam se articulado ao mercado internacional, voltadas à produção de mercadorias primárias, alimentos e matérias-primas, alheias às suas próprias necessidades, quando elas se voltam para si mesmas, além de não implicar em mudanças qualitativas da forma como se dá a atividade econômica na América Latina, “orientando-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo” (FURTADO, 2000 [1980], p. 113), elas o fazem:

Numa época em que no centro a tecnologia se orientava para a globalização, as economias periféricas tiveram de enfrentar por toda parte, na fase de industrialização substitutiva, problemas de estreiteza de mercado ou de subutilização de capacidade produtiva em múltiplos setores (FURTADO, 2000 [1980], p. 118).

Configurar-se-ia, assim, uma nova economia periférica típica de uma nova fase da economia internacional, na qual o centro poderia:

Alcançar um duplo objetivo: abrir espaço para a industrialização periférica no quadro da modernização – o que amplia o espaço de utilização da técnica disponível – e reforçar a posição que ocupam no centro, em particular frente às poderosas organizações sindicais (FURTADO, 2000 [1980], p. 122).

A economia atual se formaria com base na ascensão hegemônica estadunidense e sua luta ideológica, política, militar e econômica com a União Soviética. O poder econômico dos Estados Unidos aumenta de forma nunca vista até então e essa ascensão está pautada na organização de “um sistema de segurança abrangente do conjunto do mundo capitalista e, por essa forma, exerceram uma efetiva tutela política sobre os Estados nacionais que formam esse mundo” (FURTADO, 2005 [1974], p. 35). Este projeto teria sido amplamente aceito por se confundir com a luta contra a União

Soviética e, de qualquer modo, teria consolidado a posição hegemônica desempenhada pelos Estados Unidos.

A produção econômica própria à ascensão estadunidense seria marcada pela compartimentação, de modo que somente grandes empresas estariam aptas a “administrar recursos aplicados simultaneamente em diversos países” (FURTADO, 2005 [1974], p. 32). A composição das maiores empresas contemporâneas seria marcadamente de natureza oligopólica e emergiria em reação à situação de semi-monopólio que alcançaram alguns elementos da economia estadunidense e:

sua grande força deriva de que ela trabalha em mercados organizados, está em condições de administrar os preços e, portanto, de se assegurar autofinanciamento e poder planejar suas atividades a longo prazo” (FURTADO, 2005 [1974], p. 29).

O Estado, neste contexto, estaria profundamente associado aos grandes capitais bem como se encontraria numa situação na qual ele seria refém da supremacia destas corporações de modo que:

O traço mais característico do capitalismo na sua fase evolutiva atual está em que ele prescinde de um Estado, nacional ou multinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de *interesse geral* disciplinadores do conjunto das atividades econômicas (FURTADO, 2005 [1974], p. 33, grifo do autor).

A INTERPRETAÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR

Em sua análise da formação do Brasil, Caio Prado, por sua vez, oferece uma interpretação que destaca como a conquista europeia da América e a própria colonização se configurariam enquanto um conjunto de acontecimentos que se concatenam a um movimento mais dinâmico, maior, de modo que este “é apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 18). Assim, o autor se propõe a analisar este episódio tendo em mente os motivos que teriam determinado a colonização, o movimento maior do qual esta faria parte e se constituiria enquanto derivação. O evento ao qual o autor se refere é precisamente a expansão marítima dos países europeus, cujo pioneirismo transformaria Portugal numa potência, principalmente a partir do século XV, quando o país se encontrava “integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino” (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942], p. 17).

Diante da escassez de mão-de-obra apta ao trabalho na colônia portuguesa, bem como na metrópole, o pioneirismo lusitano se destacaria novamente. O comércio de

negros pelos africanos era já conhecido pelos portugueses e foi introduzido juntamente à grande propriedade e à monocultura como elemento constituinte da grande lavoura que determina a agricultura colonial portuguesa.

Portanto, a criação da colônia portuguesa que futuramente culminaria no Brasil contemporâneo derivaria diretamente da expansão comercial portuguesa de modo que:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 23).

Assim, a colônia portuguesa teria se formado com base no atendimento às demandas comerciais europeias e “como parte e peça de um sistema mercantil internacional (prenúncio e fase preliminar do capitalismo propriamente) que se organiza e estabelece a colonização do território que constituiria o Brasil” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 186) e nesse sentido teria se orientado sua evolução. Como destaca Caio Prado (2008 [1942], p.30), o sentido do Brasil ainda se afirmaria pelo caráter inicial da sua colonização de modo que, consoante a esse objetivo, a obtenção dos gêneros tropicais marcaria a feição dos países da América Latina e fundamentaria os elementos determinantes dessas sociedades. Naquelas às quais o autor denomina como “colônias tropicais”, observa-se que os objetivos mercantis se mantêm ao longo da colonização e ocupação, diferente das “colônias de zona temperada” “escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus” (PRADO JÚNIOR, 2012 [1945], p. 22).

No modelo agrário colonial instituído por Portugal na sua colônia americana, a produção seria organizada com base em três elementos principais: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo (PRADO JÚNIOR, 2008 [1942]). A associação dos elementos constituintes da grande lavoura teria gerado uma sociedade de classes profundamente estratificadas, marcada ainda pela desapropriação da maioria da população em contraposição à imensa concentração de um pequeno círculo de proprietários. Essas consequências marcariam os diversos momentos da economia colonial brasileira e, posteriormente, do Império e dariam um tom diverso ao próprio movimento da industrialização e da urbanização, já no período republicano.

Dessa forma, pode-se destacar que seria no campo onde “a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto

de vista social” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 136-137). Isso decorreria novamente, dos moldes sob os quais teria se orientado a grande lavoura no Brasil, a partir da imensa concentração, a qual “constitui um dos fatores, e de grande relevo, na compressão dos salários, e pois, dos padrões do trabalhador rural para os ínfimos níveis que são os seus” PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 145). Com base nessa realidade, Caio Prado aponta que “a reivindicação e luta pela terra não tem no Brasil a significação revolucionária que se lhe pretende atribuir com base na simples teoria” (2004 [1966], p. 139).

O autor aponta que a esquerda e os próprios teóricos ortodoxos da reforma agrária dariam ênfase apriorística à luta pela posse da terra numa leitura equivocada das reivindicações materiais dos trabalhadores rurais, marcados pela estrutura econômica da grande lavoura. O trabalhador rural brasileiro é diferente do nativo mexicano, boliviano ou peruano, população que “apesar de espoliada e oprimida durante quatro séculos de domínio que para ela ainda tem muito de estrangeiro, conserva sua identidade à parte e suas tradições próprias [...], continua por isso lutando pela terra que foi sua” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 140). No caso brasileiro, é possível observar a genealogia africana que, removida de sua terra natal nas condições mais bárbaras e violentas, não conseguiu manter a organização socioeconômica da sua terra de origem e também a descendência nativa, a qual tinha uma organização mais rudimentar diante dos povos do altiplano andino e das mesetas mexicanas.

Diante de péssimas condições de trabalho e de vida, determinada pela estrutura socioeconômica do Brasil colonial que, por sua vez, se organizava com base no trabalho escravo e na grande propriedade, as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros lutam pela “liberdade efetiva, pela melhoria de suas condições de trabalho: melhor remuneração, tratamento adequado. Não se dirige, como os fatos confirmam, e normalmente não se pode dirigir contra a grande exploração a fim de a destruir” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 141). A divisão da propriedade da terra não somente não se configuraria enquanto uma reivindicação direta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, subordinados à grande exploração, como também “não se propõe, com o papel destacado e de primeiro plano que se pretende, nas atuais circunstâncias do processo histórico-social em desenvolvimento no campo brasileiro” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 144). Esse contexto, no qual o trabalhador se vê imerso, determinaria resíduos de atividade campesina que se resume ao aproveitamento de pedaços de terra não cultivados e que se diminui com o aumento da concorrência.

Assim, a condição através da qual o Brasil teria se formado ao longo dos séculos, de subordinação e invisibilidade das necessidades do seu povo, determinaria a limitação extrema da economia campesina de modo que haveria, também, uma inexistência de movimentos rurais pautados nesse tipo de organização. O desenvolvimento da luta trabalhista por melhores condições de desempenhar suas atividades, de vida, implicaria na extinção daquelas “empresas que não tiverem condições para se adaptar, pelo aumento da produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 148-149). A divisão, então, da propriedade e também a extinção dos modelos próprios à grande exploração surgiriam enquanto:

Fato histórico que se vem repetindo ao longo de toda evolução econômica brasileira. Ele se observa particularmente nas fases descendentes dos ciclos que em regra vêm acompanhando a história de todas as nossas atividades agrárias (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 149).

Dessa forma, seria notável como a luta trabalhadora brasileira, apesar de não estar comprometida, em primeiro plano, com a propriedade da terra e sua divisão, se encontraria “vinculada à contradição principal incluída no processo revolucionário do campo, e que diz respeito às relações de emprego na grande exploração rural” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 150). Neste sentido, a luta pela modificação da vida dos trabalhadores brasileiros estaria incluída num movimento maior, o programa revolucionário brasileiro:

Complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural a toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso deixam de estar presentes, e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 133).

O conjunto das reivindicações das lutas revolucionárias brasileiras, pelo contexto de origem e evolução dos elementos relacionados à sustentação produtivo-social, como o aparato burocrático, aqui atuantes, os quais comungariam e se organizariam em estreita concordância com os interesses do comércio europeu, se configuraria enquanto:

Progressiva transformação e superação do Brasil colônia que vem do passado e se constitui do complexo de situações, estruturas e instituições em que deu a colonização brasileira. Transformações e superações essas que, impelidas pelo jogo das contradições que se configuram nas mesmas situações, estruturas e instituições, as vão levando a uma nova e diferente feição que

significa e significará cada vez mais a integração nacional do Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 134).

Portanto, Caio Prado entende que a superação do estatuto colonial brasileiro se relacionaria ao domínio das instituições e da matriz produtiva brasileiras como forma de determinar os rumos e os objetivos através dos quais a sociedade se organiza. A ruptura se daria justamente através da desarticulação do vínculo de dependência com o centro que, desde sua formação, teria estabelecido a satisfação das necessidades comerciais centrais enquanto *raison d'état*³² do Brasil e, dessa forma, determinaria a extrema desigualdade que jaz no bojo do conjunto social brasileiro de modo a acentuar, ao extremo, a contradição capitalista típica da contraposição da classe trabalhadora, historicamente desapropriada, à proprietária, cuja absurda opulência, na América Latina, derivaria justamente da comunhão ao *status quo* e também da opressão e subjugação da maioria da população. A luta do movimento revolucionário brasileiro, o qual assumiria para si a responsabilidade de entender as possibilidades histórico-sociais brasileiras, articularia o movimento trabalhador e romperia com a dependência, levando o Brasil à organização de sua sociedade com base nas suas próprias necessidades como forma de superação da herança colonial de modo a se integrar nacionalmente enquanto concatenação de um povo que produz para sua sobrevivência e bem-estar.

Esse movimento atuaria de forma mais eficiente na superação da cisão historicamente determinada do público alvo das distintas esferas próprias ao processo produtivo, separação esta que determina a insuficiência de “mercado local para a produção em que se especializou” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 156). Esta maior eficiência surgiria devidamente diante da extinção dos laços de dependência, os quais se conformariam enquanto elementos determinantes das sociedades latino-americanas a tal ponto que nem mesmo a industrialização consegue se livrar desse matiz dependente. O regime industrial foi mesmo creditado, como aponta Caio Prado (2004 [1966], p. 157) por amplos setores sociais, como os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e alguns ramos da teoria da dependência, enquanto “principal fator na superação do estatuto colonial”, porém, pela forma como se desenrolou o processo de industrialização latino-americana:

Ligado fundamentalmente ao imperialismo e na dependência de empreendimentos e iniciativas que nele se compreendem, encontra-se de antemão estritamente limitado, e (o que é sobretudo importante) não guarda relação essencial com a conjuntura econômica interna do país, e se subordina

³² Razão de estado, de ser.

antes a circunstâncias e contingências estranhas a ele (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 157).

A diferença fundamental entre a industrialização do centro e o desenvolvimento capitalista latino-americano reside no fato de que naquele “a mola mestra do desenvolvimento e o seu mecanismo propulsor essencial se situavam no elemento *produção*, pois o mercado para essa produção constituía um dado preliminar” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 164, grifo do autor) e no Brasil, pelo caráter da sua organização, inexistente “uma demanda suficiente em consonância com as necessidades fundamentais e gerais, e capaz por isso de permanentemente incentivar uma atividade produtiva que, em ação de retorno, visse ampliá-la ainda mais” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 164). Assim, os processos produtivos latino-americanos se orientam com base na distribuição. Isto decorre ainda do fato de que não há no Brasil “um sentimento generalizado de repulsa ao imperialismo como tal, uma consciência nacionalista largamente difundida de oposição ao estrangeiro” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 195-196).

Além da limitação industrial determinada pela desconsideração com e consequente redução do mercado interno brasileiro, as indústrias latino-americanas, a grande parte delas como filiais do capital internacional, configuram-se como entende Caio Prado (2004 [1966], p. 190) enquanto “simples coordenação entre as empresas imperialistas que operam nos diferentes países da América Latina” distribuindo suas filiais no continente “de modo a não concorrerem entre si, e se complementarem mutuamente”. Portanto, a luta revolucionária brasileira, que é aquela comprometida com a superação das determinações coloniais, é também a luta antiimperialista uma vez que a organização interna do Brasil se estrutura de forma imbricada às demandas do sistema internacional de modo que não há neste país:

Superposição do imperialismo, de uma ligação como que exterior das duas esferas internacional e nacional. E sim de interpenetração de uma na outra, de um sistema de conjunto no qual a economia brasileira se integra como parte de um todo, não podendo por isso mesmo dele se livrar senão pela reestruturação em novos moldes e novo sistema, distinto do anterior (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 191).

Desta forma, conclui-se que os pontos de ataque pela postura revolucionária são aqueles de “articulação da economia brasileira com o sistema imperialista, e que são as contas externas e o comércio exterior” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 193). O último desses pontos é essencial à prática e ao entendimento da superação das

conjunturas atuais justamente por ser a principal fonte de reservas dos países primário-exportadores como o Brasil. Diante do histórico do objetivo que fundamentou a formação brasileira, a de suprir as necessidades centrais, as reservas são obtidas essencialmente por via do comércio exterior de modo que as quantias obtidas por esse meio devem ser controladas e dirigidas à satisfação das necessidades populares justamente pelo seu caráter de escassez.

O controle do Estado e da atividade privada é então indispensável, segundo o autor, à luta antiimperialista, que por sua vez transborda em si da potência revolucionária. Há, portanto, de se despertar o sentimento de combate estrutural à ação do imperialismo no Brasil e na América Latina, ressaltando seus respectivos enquadramentos no sistema internacional. Logo, com base no caráter de vinculação determinante entre o imperialismo e a organização nacional brasileira, “a ação e a luta antiimperialistas são uma decorrência natural e espontânea da reforma e reestruturação da economia brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2004 [1966], p. 197).

PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES DE CAIO PRADO E CELSO FURTADO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA – ALGUNS APONTAMENTOS PRELIMINARES

Caio Prado Júnior considerava, portanto, que a situação brasileira decorria da persistência de elementos coloniais nas suas estruturas socioeconômicas. Essas estruturas atenderiam ainda hoje aos mesmos objetivos daqueles que fundamentaram a expansão europeia, episódio do qual a conquista americana se constituiria enquanto capítulo. As diretrizes coloniais remanescentes se relacionam, na interpretação de Caio Prado, ao atendimento às demandas comerciais de países plenamente industrializados, as quais orientaram historicamente a formação de uma divisão internacional do trabalho na qual os países latino-americanos se enquadram enquanto primário-exportadores e os países industrializados se especializam na produção manufatureira. Vê-se inviabilizada, assim, a “integração nacional”, para a qual dever-se-ia superar a “herança colonial”.

Caio Prado acreditava que essa superação ocorreria a partir de um processo de industrialização que, ao integrar os distintos polos nacionais brasileiros, conseguiria superar a herança colonial de modo a antever a revolução socialista, a qual refletiria uma construção para além do sistema capitalista. A industrialização, mesmo nos marcos do próprio capitalismo, seria, para Caio Prado, um passo indispensável à superação do

estatuto colonial brasileiro, movimento através do qual se daria a referida integração das regiões nacionais de modo a orientar a estruturação social às demandas do povo. Para tal, uma aliança com a classe burguesa brasileira era tida como estratégia necessária para impulsionar esse processo.

Este pensamento deriva, em nossa opinião, de uma noção distorcida das possibilidades da sociedade latino-americana, a partir de uma concepção errônea da dependência. A dependência está relacionada à forma como a produção latino-americana se organiza e, daí, a toda estrutura que dela deriva. Buscamos aqui indicar elementos para apontar, de maneira preliminar, que Caio Prado teria lidado com a dependência de uma forma apriorística. Uma investigação ulterior desta hipótese exigiria aprofundamento posterior que foge ao escopo deste trabalho³³.

A esperança de ruptura com a dependência depositada no processo industrial não leva em conta a extensão da dependência, seu vínculo ao sistema internacional capitalista e sua capacidade de reconfiguração a partir de sua própria historicidade. Para superar esta concepção, é preciso entender os frutos da dependência, e ela própria, não somente enquanto “efeitos’ do desenvolvimento capitalista, mas como sua parte integrante e determinante” (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 357, tradução nossa). Dessa forma, é possível entender que a dependência é um traço oriundo da evolução do capitalismo de modo que os processos desenvolvidos por, ou impostos às, sociedades ditas periféricas não têm o devido potencial de romper com a dependência e com o capitalismo.

Ambos constituem, em última análise, uma mesma totalidade, são a mesma coisa uma vez que, “com a formação de uma economia mundial única a partir do século XVI, todas as sociedades se movem paralelas e juntas em direção a uma nova sociedade” (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 334, tradução nossa), embora de maneira assimétrica, no bojo do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado. Portanto, ao incorrer em uma definição enviesada de dependência, que desconsidera seus profundos vínculos com as classes dominantes que orientam o sistema capitalista e, ainda, do caráter da dominação subalterna das classes prevalecentes na América Latina, tanto Caio Prado quanto Celso Furtado creem que uma aliança com a burguesia (ou a própria liderança desta classe) num suposto processo autônomo de industrialização, nos marcos

³³ No momento, pretende-se dar continuidade à pesquisa aqui elaborada em um possível mestrado.

do capitalismo, levaria à superação das heranças coloniais que ainda orientariam nossas sociedades.

A evolução do sistema capitalista conduziu as diversas economias mundiais a se integrarem num conjunto articulado a partir de um centro ao qual fluem as riquezas e os meios materiais. A persistência da chamada herança colonial, apontada por Caio Prado, se coloca, na interpretação do autor, como obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da América Latina, ou, no caso de Furtado, como determinante ao caráter “*hacia fuera*” daquele desenvolvimento. Consideramos, por outro lado, que este deve ser entendido enquanto “um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005 [1973], p. 132, grifo do autor). Assim, a industrialização não pode ser considerada enquanto um elemento carente ao capitalismo latino-americano uma vez que este compreende determinações e possibilidades dadas pela sua articulação à economia mundial, à qual se integrou desde sua formação.

A industrialização latino-americana não pode ocorrer com base nas demandas das classes dominantes na América Latina, de modo que a aliança idealizada por Caio Prado não tem, em nossa opinião, condições materiais de ocorrer. As classes dominantes latino-americanas estão profundamente atreladas à burguesia internacional de modo que elas só existem neste continente enquanto atenderem às demandas desta, uma vez que não têm condições de concorrência direta nos marcos estritos do capitalismo. Assim, “a luta pela industrialização nacional, orientada à integração plena dos setores produtivos e de uma indústria de base, repousa nas mãos do proletariado e de setores da pequena burguesia” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 111, tradução nossa).

Dessa forma, ainda que Caio Prado se referisse à classe pequeno-burguesa, a industrialização ainda não poderia ocorrer. Isto decorre do fato de que o processo industrial nacional latino-americano ocorreu com base na modernização primário-exportadora para atender às demandas de uma nova etapa da economia mundial, oriunda da II Revolução Industrial. Desenrolou-se com ênfase em alguns países, inclusive o Brasil, enquanto apêndice³⁴ do processo de modernização do principal setor de nossas economias, de maneira que estava intimamente atrelada aos interesses tanto da classe oligárquica destes países quanto aos interesses do capitalismo mundial.

³⁴ Conforme Vânia Bambilra destaca, havia, nos países do tipo A, uma configuração interna de alianças de classes que possibilitou a industrialização, diferente do que ocorreu nos países do tipo B e C.

Para além da concepção de dependência, a industrialização é entendida enquanto solução para Celso Furtado e Caio Prado. Para o último, seria a forma através da qual conseguiríamos superar o estatuto colonial que permanece em nossas sociedades. Celso Furtado concebia a industrialização enquanto método para inverter o sentido do desenvolvimento nas sociedades dependentes.

Ele faz parte de uma corrente de pensamento que se desenvolveu, com bastante otimismo, na década de 1950, a partir de temáticas próprias e uma análise voltada às estruturas tradicionais, cuja sobrevivência seria a origem do subdesenvolvimento. Pode-se afirmar que, para estes pensadores, o desenvolvimento é entendido enquanto um conjunto de metas que deve ser alcançado em correspondência com um estágio de progresso da humanidade que se abstrai das sociedades desenvolvidas. As sociedades subdesenvolvidas, supõe-se, “avançarão em direção a estas sociedades quando eliminarem certos obstáculos sociais, políticos, culturais e institucionais” (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 333, tradução nossa).

Com a eliminação destes obstáculos, alcançaríamos a chamada sociedade moderna, ou sociedade de massas, a qual representa a superação dos resquícios feudais, tradicionais. Para tal, os desenvolvimentistas acreditam que é possível discriminar procedimentos político-econômicos que culminariam nestas sociedades a partir da racionalização dos recursos nacionais que é produto da vigência de uma ideologia que orienta os interesses nacionais em função das tarefas e das atividades que conduziriam as economias subdesenvolvidas à sua superação. Diante da irrelevância dada às possibilidades históricas do desenvolvimento, este modelo acaba sendo anistórico e, portanto, superficial, formal, no sentido de se relacionar à aparência de um fenômeno desprovido da sua essência (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 333-334).

Assim, a noção de desenvolvimento proposta pela teoria desenvolvimentista se conforma enquanto abstração ideológica e “constitui a expressão fiel dos interesses da burguesia industrial consolidada a partir da crise” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 51, tradução nossa). A crise à qual os autores se referem é aquela que se estende no chamado período entreguerras, 1914-1945, o qual abarca ainda a crise de 1929, e é quando alguns países latino-americanos conseguem impulsionar seus processos de industrialização a partir da interrupção das importações e aumento das dívidas diante do crescimento da demanda dos países beligerantes³⁵.

³⁵ Nos países de industrialização prévia ao período entreguerras, o contexto de guerra e crise favoreceu a continuação deste processo a partir da conformação de um mercado interno oriundo do processo de

Além disso, o pensamento desenvolvimentista, supostamente desvinculado da teoria dita ortodoxa do comércio internacional, não consegue romper definitivamente com a vertente hegemônica uma vez que estes pensadores criticam suas premissas, mas não alcançam sua essência ao enfocarem suas análises no comércio externo, de onde a leitura hegemônica também parte. Diante da completa incompatibilidade entre a leitura ortodoxa e a realidade latino-americana, o desenvolvimentismo se atém à deterioração dos termos de intercâmbio como forma de justificar a incongruência ortodoxa, cuja interpretação define que “o lugar ocupado pela economia latino-americana dentro da divisão internacional do trabalho devia gerar uma transferência dos benefícios do desenvolvimento industrial desde os centros industrializados aos nossos países” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 52, tradução nossa).

Dessa forma, a análise desenvolvimentista acaba partindo do mesmo ponto da teoria ortodoxa do comércio internacional ao não se questionar “se a metodologia utilizada ou o marco teórico dentro do qual as suposições da teoria adquirem sua dimensão real são corretos ou não” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 52, tradução nossa). A teoria desenvolvimentista concebe a dependência externa através da importação de bens manufaturados do centro, da tendência à queda dos preços das mercadorias primárias e dos salários. Esta dependência externa surge, por sua vez, da falta de desenvolvimento, a qual impede a absorção da força de trabalho e também a substituição de importações. A razão para a falta de desenvolvimento residiria justamente na dependência externa de modo que “se cai num típico ‘círculo vicioso’ ao explicar o problema relativo ao comércio exterior, o qual impede indagar-se a respeito das relações fundamentais que explicam realmente tal problema” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 53, tradução nossa).

Portanto, as sociedades dependentes, para Celso Furtado, são marcadas pela permanência de estruturas tradicionais que condicionam o desenvolvimento nacional em direção ao exterior, como “*desarrollo hacia fuera*”. Ou, nas palavras de Theotônio dos Santos, “um desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados” (2011 [1978], p. 340, tradução nossa). A submissão aos interesses exteriores seria a origem da dependência e “expressão concreta das relações econômicas internacionais entre países industrializados e periféricos [...] de maneira que os problemas oferecidos pelo comércio exterior configuram a dependência

modernização primário-exportadora, setor do qual a indústria emerge e é subjugada (BAMBIRRA, 2013 [1970]).

externa” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 58, tradução nossa). Esta noção de dependência reflete-se na forma como o desenvolvimentismo, corrente da qual Celso Furtado faz parte e é um dos principais formuladores, lida com a realidade de maneira que “como a análise não se centra nas relações fundamentais, mas nas manifestações concretas, defendem-se mudanças no nível dessas manifestações, de forma parcial e não referente ao conjunto das relações essenciais que as determinam” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 59, tradução nossa).

A noção de desenvolvimento abarcada por Furtado implica na adoção de medidas que teriam a finalidade de alcançar as condições nas quais o desenvolvimento se deu no centro capitalista. Assim, esta mirada histórica entende o desenvolvimento das diversas sociedades não de forma atrelada numa economia mundial, mas ainda de maneira possivelmente linear, de modo que o subdesenvolvimento deixa de ser considerado enquanto determinação e consequência do seu inverso. Entendemos, contudo, que:

Não há nenhuma possibilidade histórica de que se constituam sociedades que alcancem o mesmo estado de desenvolvimento daquelas que hoje são desenvolvidas. O tempo histórico não é linear. Não há possibilidade de que uma sociedade se desloque rumo a etapas anteriores das sociedades existentes (Dos SANTOS, 2011 [1978], p. 334, tradução nossa).

Podemos, em nossa opinião, afinal, definir a leitura de Furtado enquanto eclética e pragmática, a qual talvez derive, da “sua concepção da função social dos intelectuais o motivo deste ecletismo: via o intelectual como alguém que deveria zelar pelas bases teóricas que subsidiassem as ações práticas” (BORJA, 2013, p. 35). Sua interpretação é eclética uma vez que se configura enquanto mescla de distintas teorias de modo que se alcança uma combinação incoerente. A incapacidade em criticar a fundo a teoria ortodoxa conduz a teoria desenvolvimentista a um empirismo cuja finalidade é “descobrir as manifestações necessárias das relações econômicas internacionais” (CAPUTO; PIZARRO, 1975 [1971], p. 55, tradução nossa). Daí que a solução industrial, partindo da incompreensão do marco global das relações capitalistas, surge enquanto proposta incapaz de romper com a lógica que produz o subdesenvolvimento de algumas sociedades em detrimento da concentração e desenvolvimento de outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda a exposição e a partir da vivência contemporânea de crise político-econômica no Brasil, podemos observar como a dependência é algo próprio do capitalismo latino-americano e não somente uma imposição externa. O capitalismo dependente funda as sociedades latino-americanas e nelas se funda a si mesmo contribuindo para o desenvolvimento capitalista em escala mundial, de modo que há uma ligação íntima entre a economia mundial e a dinâmica aqui estabelecida. A industrialização não poderia ser a solução à dependência, diante dessa mirada sistêmica sobre a dependência.

Os limites e possibilidades do capitalismo latino-americano, portanto, são, em última análise, parte e produto do desenvolvimento capitalista em âmbito mundial e essa situação deriva em grande parte da forma subalterna como o continente foi conquistado e integrado àquela economia, mas não constitui uma “presença do passado no presente”. Esta pesquisa, entretanto, ainda não está completa, diante do objetivo inicial de se estudar a formação do Estado brasileiro através das determinações essenciais da dependência. Porém, aqui já nos aprofundamos melhor na noção da teoria marxista da dependência acerca das determinações das sociedades latino-americanas e desenvolvemos, ainda que de forma preliminar, as visões de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado, de modo que há espaço para se refletir melhor acerca da história latino-americana e brasileira a partir do marxismo como continuidade dessa pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALCHON, Suzanne Austin. **A pest in the land: new world epidemics in a global perspective.** UNM Press, 2003.
- AUED, Idaletto Malvezzi. Dois dedos de prosa sobre O Capital. **Revista Geosul.** Depto. de Geociências, CFH, UFSC. Florianópolis, v.17. n.34. jul-dez. 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2013.
- BARBOSA, P. H. B. As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal. **Em Tempos de História.** Brasília, n. 24, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/11581>> . Acesso em: 20 out. 2017.
- BORJA, Bruno. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado.** 2013. 202 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BOSCH, Juan. **De Cristobal Colón a Fidel Castro: el Caribe, frontera imperial.** Madrid: Alfaguara, 2009.
- BOXER, C. R. **O império marítimo português: 1415-1825.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 442 p.
- CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas.** 13. ed. São Paulo: Ediouro, 199-. 313 p. (Coleção prestígio).
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales.** Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S., BRIGNOLI, Héctor Perez. **História econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias de exportação e desenvolvimento capitalista.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DEYON, Pierre. **O mercantilismo.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 116 p.
- DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo.** 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2012. ix. 396 p.
- Dos SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- _____. **Dependencia y cambio social.** Santiago, Chile: CESO, 1973

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**: Formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p. (Edição revista pelo autor de *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*).

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**: texto extraído da primeira parte de O mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra, 1974. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 92 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOUVÊA, Marina. **Imperialismo e método**: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia. 2016. 291 f. Tese (Doutorado Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 34. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 535 p.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 416 p.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema indígena en América Latina. In: LÖWY, Michael. **El marxismo en América Latina**. Santiago: LOM Ediciones, 2007. p. 114-118.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Rui Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Las raíces del pensamiento latinoamericano**. 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/035_pensamiento_latinoamericano_es.htm> . Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 270 p. (Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

_____ **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____ **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. eBooks Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/brumario.pdf>>. Acesso em 14 nov 2017.

_____ **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

_____ **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 271 p.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011. 420 p.

OSORIO, Jaime. **El estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004. 263 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____ **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 364 p.

_____ **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 266 p.

PREBISCH, Raúl. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 28, p. 195-206, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 437 p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. La filosofía de la praxis. In: SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **De Marx al marxismo en América Latina**. Cidade do México: Ítaca, 1999. p. 49-84.

SCHMIDT, Benito Bisso. A Espanha e a América no final do século XV: o descobrimento e a conquista. In: WASSERMAN, Claudia (Org.). **História da América Latina: cinco séculos**. 4 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 11-37.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas - volume 1**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 479 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Conocer el mundo, saber el mundo**. Una ciencia social para el siglo XXI. 3. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México - Siglo XXI Editores, 2007

ZANATTA, Loris. *Historia de América Latina: De la colonia al siglo XXI*. Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2012.